



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 18/03/2021 a 19/03/2021



Índice	
Marcos Dantas RN FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Presidente da Fecomércio lamenta "mudança completa de rumo" da governadora com relação ao novo decreto Notícias - 18/03/2021	6
Blog do Salatiel RN FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Fecomércio critica em nota Governo e Prefeitura de Natal e diz que empresários foram apenas comunicados das medidas Notícias - 18/03/2021	7
Agora RN FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Governo do Rio Grande do Norte descartou fechamento de atividades não essenciais, diz Fecomércio Notícias - 18/03/2021	8
Blog Robson Pires RN FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Sentindo-se traís, Fecomércio-RN diz que "mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP" Notícias - 18/03/2021	9
Grande Ponto RN FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Fecomércio: Governo do RN descartou lockdown e mudou rumo por MP Notícias - 18/03/2021	10
Blog do FM RN FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Sentindo-se traída, Fecomércio-RN diz que "mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP" Notícias - 18/03/2021	11
No Minuto RN FECOMÉRCIO / SESC / SENAC "Unidos pela Vacina" ganha adesão de entidades empresariais e já cadastrou 115 municípios do RN Notícias - 18/03/2021	12
Tribuna do Norte RN Especialista em vendas online oferece live gratuita para empresários do RN Notícias - 18/03/2021	13
Tribuna do Norte RN Ezequiel sugere pacote fiscal e tributário em socorro ao setor produtivo e famílias de baixa renda Notícias - 18/03/2021	14
Agora RN FECOMÉRCIO RN / SESC RN / FERNANDO VIRGÍLIO Sistema Fecomércio abre inscrições para exposições na Galeria Sesc Notícias - 19/03/2021	15

Tribuna do Norte | RN**Entidades criticam decreto e camelôs relatam apreensão**

Notícias - 19/03/2021

16

Tribuna do Norte | RN**Com pandemia, demanda de passageiros aéreos recua 39,2% no RN, em fevereiro**

Notícias - 19/03/2021

17

Tribuna do Norte | RN**Prefeito anuncia liberação do funcionamento de academias e templos religiosos em Natal**

Notícias - 19/03/2021

19

Estadão | DF**Congresso articula mais um Refis e nova repartição com isenção de multa**

Notícias - 19/03/2021

20

Estadão | DF**Economia diz que não se opõe a projeto apoiado por Michelle**

Notícias - 19/03/2021

21

Estadão | DF**Ministro Roma diz que o valor do auxílio é o 'viável'**

Notícias - 19/03/2021

22

Estadão | DF**Alta da Selic deve pressionar dívida e PIB**

Notícias - 19/03/2021

23

Estadão | DF**Preço do Petróleo cai 7% e derruba Bolsas**

Notícias - 19/03/2021

24

Estadão | DF**André Brandão renuncia e governo indica executivo de consórcios à direção do BB**

Notícias - 19/03/2021

25

Estadão | DF**Presidente da Caixa nega aversão a estatais aposta em IPOs**

Notícias - 19/03/2021

26

Folha de São Paulo | DF**Auxílio terá valor padrão de R\$ 250 e será pago em 4 parcelas**

Notícias - 19/03/2021

27

Folha de São Paulo | DF**Governo refaz contas do seguro-desemprego e deve redirecionar verba para novo programa**

Notícias - 19/03/2021

28

Folha de São Paulo | DF**Tipo como bolsonarista, presidente de subsidiária assumirá comando do BB**

Notícias - 19/03/2021

29



Folha de São Paulo | SP

Apagão logístico global paralisa montadoras

Notícias - 19/03/2021 30

Folha de São Paulo | SP

Dólar abre em forte queda em reação ao Copom, mas se recupera e fecha a R\$ 5,57

Notícias - 19/03/2021 31

O Globo | DF

Após perdão de dívidas, igrejas miram reforma tributária

Notícias - 19/03/2021 32

O Globo | DF

Alta de juros deve elevar mais a inadimplência

Notícias - 19/03/2021 33

O Globo | DF

Huawei aposta em produtos e laboratórios para crescer no país

Notícias - 19/03/2021 34

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, notícias em torno do decreto emitido pelo Governo do Estado e Prefeitura do Natal, que determina o fechamento de serviços considerados não essenciais a partir deste sábado (20). O jornal Tribuna do Norte, em matéria na página 16 do clipping, aponta que entidades representantes do setor de Comércio e Turismo do Estado criticam a medida, temendo prejuízos ainda maiores nestes segmentos. Na página 14 do clipping, o jornal destaca que o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira, apresentou ao Governo do Estado uma série de propostas que visam minimizar os impactos econômicos no setor produtivo, que deverão se agravar ainda mais com as novas restrições. Também é notícia que o prefeito Alvaro Dias anunciou a liberação do funcionamento de academias e templos religiosos na capital potiguar, seguindo duas leis municipais que definiram o funcionamento desses setores como essenciais. Confira na página 19 do clipping.

O jornal Folha de São Paulo destaca, na página 27 do clipping, que o auxílio emergencial terá valor padrão de R\$ 250 e será pago em 4 parcelas. Pressionado por rejeição recorde devido à gestão da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro assinou nesta quinta-feira (18) as três medidas provisórias que estabelecem os critérios e valores da nova rodada do benefício. O jornal Estadão, na página 22 do clipping, traz que, para o ministro João Roma (Cidadania), o valor do auxílio é o “viável”, levando em conta o limite total de R\$ 44 bilhões de gastos autorizados pelo Congresso. O ministro também sinaliza que ao final das quatro parcelas, previstas para serem pagas entre abril e julho, o Bolsa Família voltará reformulado, para ampliar a rede de proteção de forma permanente.

É destaque no jornal O Globo que a alta de juros deve aumentar ainda mais o número de inadimplentes do País. Em janeiro, 61,7 milhões de brasileiros tinham dívidas em atraso, segundo o Serasa, primeira alta do indicador após 8 meses de queda. A elevação dos juros pelo Banco Central na quarentena, de 2% para 2,75% ao ano, vai comprimir ainda mais o orçamento das famílias, já afetado pelo desemprego elevado, a inflação crescente e a demora na retomada do auxílio emergencial. Fábio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), lembra que o comprometimento da renda das famílias com dívidas atingiu 21,5% em dezembro, recorde da série histórica do BC, iniciada em 2005. Saiba mais na página 33 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Marcos Dantas – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: Presidente da Fecomércio lamenta “mudança completa de rumo” da governadora com relação ao novo decreto **Impacto:** Neutro

Link: <https://marcosdantas.com/presidente-da-fecomercio-lamenta-mudanca-completa-de-ru-mo-da-governadora-com-relacao-ao-novo-decreto>

Presidente da Fecomércio lamenta “mudança completa de rumo” da governadora com relação ao novo decreto

“Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício ao setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN.

E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita. E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando.

Também nos causou estranheza o fato de que vínhamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Nelas, o que nos vinha sendo dito era que “o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado”.

No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal.

Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar. Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas.

Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo o esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perdurem pelo menor tempo possível”.

Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN

Veículo: Blog do Salatiel – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: Fecomércio critica em nota Governo e Prefeitura de Natal e diz que empresários foram apenas comunicados das medidas

Impacto: Neutro

Link: <http://www.blogdosalatiel.com.br/2021/03/fecomercio-critica-em-nota-governo-e-html>

FECOMÉRCIO CRITICA EM NOTA GOVERNO E PREFEITURA DE NATAL E DIZ QUE EMPRESÁRIOS FORAM APENAS COMUNICADOS DAS MEDIDAS

| Postado por Salatiel de Souza |

A **Fecomércio** se manifestou sobre as novas medidas anunciadas pelo Governo do Estado sobre o decreto que deverá ser publicado até amanhã (18). Foram feitas críticas à mudança de postura do Governo do Estado e da Prefeitura de Natal. Também houve queixa sobre a falta de diálogo. Veja abaixo a íntegra:

Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício ao setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN.

E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita.

E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando.

Também nos causou estranheza o fato de que vínhamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Nelas, o que nos vinha sendo dito era que “o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado”.

No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal. Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar. Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas.

Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo o esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perdurem pelo menor tempo possível”.

Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN

Veículo: Agora RN – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Governo do Rio Grande do Norte descartou fechamento de atividades não essenciais, diz Fecomércio **Impacto:** Neutro

Link: <https://agorarn.com.br/ultimas/governo-do-rn-descartou-fechamento-de-atividades-ja-essenciais-diz-fecomercio>

Diálogo

Governo do Rio Grande do Norte descartou fechamento de atividades não essenciais, diz Fecomércio

Sistema Fecomércio do RN revelou decepção com as novas regras decretadas pelo Estado e prefeitura de Natal

Redação

18/03/2021 | 12:15



Marcelo Queiroz é presidente da Fecomércio RN - Foto: José Aldenir/Agora RN

O novo decreto conjunto do Governo do Rio Grande do Norte e da Prefeitura de Natal, que determina o não funcionamento de serviços não essenciais a partir deste sábado, 20, por 14 dias, desagradou o setor do comércio no estado.

O Sistema Fecomércio do RN revelou decepção com as novas regras decretadas, afirmando que estavam debatendo a questão do comércio com a equipe econômica do Governo, que havia dito que “o fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado”. No entanto, foram surpreendidos com a mudança de rumo.

“Nosso apelo agora irá se concentrar em um conjunto de ações que pretendemos sugerir, no máximo até esta sexta-feira, aos poderes públicos. Ações que possam socorrer as empresas e os empregos”, afirmou em nota Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN.

O presidente ressalta ainda que o Comércio, os Serviços e o Turismo representam 75% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, e 70% dos empregos gerados no RN, e que tem certeza que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços e turismo, onde todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando.

Por isso, segundo ele, é necessário que essas novas restrições perdurem pelo menor tempo possível. “O setor produtivo do RN também está colapsado. E precisa de socorro”, conclui Marcelo.

Veículo: Blog Robson Pires – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: Sentindo-se traís, Fecomércio-RN diz que “mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP”

Impacto: Neutro

Link: <https://robsonpiresxerife.com/sentindo-se-traida-fecomercio-rn-diz-que-mudanca-d-o-rumo-do-decreto-teria-sido-fruto-de-acordo-intermediado-pelo-mp>

Sentindo-se traída, Fecomércio-RN diz que “mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP”

Robson Pires | 18/03/2021 | Notas | Comente agora!



Após o anúncio das medidas mais rígidas em novo decreto estadual que começará a valer neste sábado (20), a Fecomércio criticou a mudança de postura do Governo do Estado e da Prefeitura de Natal. Também houve queixa sobre a falta de diálogo. Veja abaixo a íntegra:

Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício ao setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN.

E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita.

E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando.

Também nos causou estranheza o fato de que vínhamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Nelas, o que nos vinha sendo dito era que “o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado”.

No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal. Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar. Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas.

Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo o esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perdurem pelo menor tempo possível”.

Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN

Veículo: Grande Ponto – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Fecomércio: Governo do RN descartou lockdown e mudou rumo por MP **Impacto:** Neutro
Link: <https://grandeponto.com.br/noticia/fecomercio-governo-do-rn-descartou-lockdown-e-mudou-rumo-por-mp>

18/03/2021 06:38

Fecomércio: Governo do RN descartou lockdown e mudou rumo por MP



O presidente da Federação do Comércio do RN (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz, divulgou uma nota sobre as novas medidas de restrições anunciadas pela governadora Fátima Bezerra (PT), e que serão publicadas em decreto nos próximos dias.

Segundo o empresário, eles foram surpreendidos, já que as conversas com setor econômico do Governo do RN apontavam que o fechamento de atividades não essenciais estava descartado. Veja nota na íntegra:

"Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício ao setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN. E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita. E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando.

Também nos causou estranheza o fato de que vínhamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Nelas, o que nos vinha sendo dito era que "o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado".

No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal.

Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representantes, e nos manifestar. Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas.

Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo o esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perdurem pelo menor tempo possível".

Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN

Veículo: Blog do FM – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: Sentindo-se traída, Fecomércio-RN diz que “mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP”

Impacto: Neutro

Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/sentindo-se-traida-fecomercio-rn-diz-que-mudanca-do-rumo-do-decreto-teria-sido-fruto-de-acordo-intermediado-pelo-mp>

CORONAVÍRUS

Sentindo-se traída, Fecomércio-RN diz que “mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP”

18 de março de 2021 às 09:45 • Comentar

MARCELO
QUEIROZ
PREFEIRA
PACOTE DE
AJUDA PARA
EVITAR UMA
ONDA DE
DEMISSÕES E
QUEBRADURA
NO
COMÉRCIO
FUTURO:
DELEGACÃO

Após o anúncio das medidas mais rígidas em novo decreto estadual que começará a valer neste sábado, a Fecomércio criticou, em Nota à Imprensa, a mudança de postura do Governo do Estado. Também houve queixa sobre a falta de diálogo. A nota, assinada pelo empresário Marcelo Queiroz, diz ainda que a entidade irá pleitear um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços do Rio Grande do Norte, assim como auxílio emergencial para os trabalhadores:

“Nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal. Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar. Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas.”

Veja abaixo a íntegra:

Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício ao setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN.

E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita.

E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biosegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando.

Também nos causou estranheza o fato de que visitamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Neelas, o que nos vinha sendo dito era que “o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado”.

No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal. Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar. Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas.

Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo o esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perdurem pelo menor tempo possível”.

Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN

Veículo: NoMinuto.com – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: "Unidos pela Vacina" ganha adesão de entidades empresariais e já cadastrou 115 municípios do RN **Impacto:** Positivo

Link: <https://nominuto.com/noticias/zequ/unidos-pela-vacina-ganha-adesao-de-entidades-empresariais-e-ja-cadastrou-115-municipios-no-rn/214530>

"Unidos pela Vacina" ganha adesão de entidades empresariais e já cadastrou 115 municípios no RN

Movimento é apartidário e sem interesses comerciais, buscando solucionar a nossa única arma contra o covid-19, a vacina.

Da redação, 18 de março de 2021

Compartilhar 0

Twitter



Projeto tem um único propósito: tornar viável vacinar todos os brasileiros até setembro de 2021.

O "Unidos pela Vacina", movimento da sociedade civil que reúne entidades, empresas, associações e ONGs, ganhou hoje importantes adesões no Rio Grande do Norte, como o Sistema Fiem (Sesi/IEL/Senai), Sistema Fecomércio (Sesc/Senac), Sebrae, Faem e LIDE.

Liderado no Estado pelo empresário Marcelo Alecrim (ALE) e pela advogada Ana Beatriz Presgrav do Mulheres do Brasil, o projeto é focado num único propósito: Tornar viável vacinar todos os brasileiros até setembro de 2021. Até o momento, 115 cidades potiguares já estão cadastradas e a meta é envolver todos os municípios através das Prefeituras.

"Este projeto não tem pai, é suprapartidário, não procura nem aponta culpados. Nosso objetivo é somar esforços para eliminar burocracias e obstáculos que possam existir na vacinação da população. Aquilo que os municípios precisarem, nós estaremos mobilizados para apoiar, através da rede que estamos construindo. Fico feliz de ter a solidariedade dos principais líderes empresariais do Estado unidos nesta causa tão importante", destacou Marcelo Alecrim, durante reunião com representantes das entidades empresariais do Estado.

Ele convoca todos para apoiar o movimento e informa que mais informações e detalhes estão disponíveis no site: <https://www.unidospelavacina.org.br/>.

Sobre

A mobilização surgiu por iniciativa do Grupo Mulheres do Brasil, liderado pela empresária Luiza Helena Trajano, para engajar a sociedade, em conjunto com empresários de todo o Brasil. O movimento é apartidário e sem interesses comerciais, buscando solucionar a nossa única arma contra o covid-19, a vacina. Em cada Estado e no Distrito Federal há uma frente Unidos pela Vacina. O projeto atua em rede, com modelo para decidir e agir rapidamente.

Há uma central que define diretrizes e apoia todas estas frentes para atuação descentralizada e próxima às necessidades locais. Para articulação de medidas urgentes junto aos governantes e à sociedade civil, cada frente é liderada por renomados empresários, contando com a participação de mulheres do Grupo Mulheres do Brasil, organizações não governamentais e especialistas nos temas.

Premissas do Unidos pela Vacina:

- 1 - Movimento apartidário e sem interesses comerciais;
- 2 - Gerar engajamento com foco na solução;
- 3 - Não reclamar nem procurar culpados;
- 4 - Olhar para a frente, o que pode ser feito no futuro;
- 5 - Dialogar com os governos em todas as esferas;
- 6 - Estar aberto às mudanças ao longo do caminho para fazer melhor e mais rápido.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Especialista em vendas online oferece live gratuita para empresários do RN **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/especialista-em-vendas-online-oferece-live-gratuita-para-empresarios-do-rn/505528>

Especialista em vendas online oferece live gratuita para empresários do RN

Publicação: 2021-03-19 11:42:00

Diante do cenário de incertezas para negócios de todos os tipos e tamanhos, iniciativas de apoio às vendas e otimização do trabalho online são sempre bem-vindas. Foi pensando nisso que o especialista em vendas online, João Carlos, decidiu oferecer de forma gratuita o seu curso completo focado em vendas pelo WhatsApp.

Créditos: Divulgação



Especialista em vendas, João Carlos fará live gratuita

"Sei que estamos enfrentando grandes desafios e eles só aumentam com o crescimento dessa pandemia no nosso estado. Ao ver o último decreto resolvi entregar de forma gratuita o meu curso que comercializo em todo o país. Os negócios online estão crescendo e ganhando cada vez mais força e mais do que em qualquer outro momento, o lojista que não abrir as portas da sua venda online vai sentir mais drasticamente os efeitos da paralisação no seu negócio", comentou o consultor. "Temos pesquisas que mostram que as pessoas não pararam de comprar, elas mudaram a sua forma de consumir e o mercado digital recebeu um público de mais de 11 milhões de novos clientes na pandemia", completou João Carlos.

Para alguns parece simples, para outros, uma enorme dificuldade, mas vender online por WhatsApp é uma realidade próxima e simples. Em Natal, diversas empresas já implantaram a metodologia e garantem que o volume de vendas apresenta crescimentos exponenciais. "Fiz o curso do João Carlos e é impressionante como ele aplica uma metodologia ágil e para todos os públicos implantarem no mesmo momento em que assiste o seu curso", comentou Bruno Félix, consultor empresarial.

Para auxiliar vendedores e empresários que estão em busca de modernizar o seu processo de comercialização, João Carlos, que atua há mais de 10 anos treinando, fazendo consultorias e já percorreu mais de 300 cidades do Brasil ministrando cursos sobre vendas online criou o curso WhatsVendas, um passo a passo com mais de 20 aulas, tutoriais, conteúdos diretos e de fácil entendimento.

O curso será disponibilizado ao vivo exclusivamente nesta sexta-feira (19), às 20h pela plataforma Zoom, apenas para inscritos, e contará com a participação de três empresárias que fazem uso da metodologia desenvolvida por João Carlos em seus negócios. São elas: Gaby Dantas, da GZ TOP FITNESS (vestuário); Melca Emanuela, da Empório dos Óculos (ótica), e Ana Galvão, fotógrafa.

O evento, que conta com apoio da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Natal, CDL e CDL Jovem, já teve mais de 400 inscritos após ser divulgado ontem no Instagram. Para participar, basta acessar o perfil @joaocarlosvendas e clicar no link da biografia.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Ezequiel sugere pacote fiscal e tributário em socorro ao setor produtivo e famílias de baixa renda **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/zequiel-sugere-pacote-fiscal-e-tributario-em-socorro-ao-setor-produtivo-e-familias-de-baixa-renda/505529>

Ezequiel sugere pacote fiscal e tributário em socorro ao setor produtivo e famílias de baixa renda

Publicação: 2021-03-18 12:05:00

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), apresenta ao Governo do Estado uma série de propostas e sugestões a serem adotadas como medidas de socorro ao setor produtivo. A iniciativa tem como objetivo amenizar a crise econômica, que deverá se agravar ainda mais com as novas restrições que serão adotadas a partir deste sábado (20), na tentativa de conter o avanço da pandemia do coronavírus.

Créditos: Divulgação



Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira busca alternativas para socorrer setor produtivo

"Nossa expectativa é contribuir com o Governo do Estado no sentido de ajudar a classe produtiva do RN, vendedores ambulantes e as famílias a conseguirem vencer mais este momento difícil que a economia potiguar enfrentará. Para isso será preciso que o Estado possa socorrer de todas as formas aos empreendedores e pequenos comerciantes para que, passada a pandemia, possamos retomar o desenvolvimento e a geração de emprego e renda para o povo potiguar", disse Ezequiel, que fará encaminhamento das sugestões via requerimento legislativo.

Ezequiel defende que o Governo possa isentar de ICMS para as pequenas empresas optantes do Simples; a redução de 50% do ICMS para as empresas de alimentação optantes do regime especial; a isenção de tarifas de água e esgoto por seis meses para o setor de comércio e serviços, famílias de baixa renda; parcelamento em até 60 vezes (5 anos) do pagamento do ICMS devidos e parcelamentos em geral; desconto ou possibilidade de parcelamento do gás da Potigás; isenção de IPVA para veículos das empresas e dos pequenos comerciantes.

Outra medida seria a isenção do IPVA de 2021 para veículos que estejam registrados em nome dos estabelecimentos ou do pequeno trabalhador desempregado. Ezequiel propôs ainda o perdão dos débitos abertos desde o início da pandemia no país, em março de 2020, até o mês passado. Além disso, Ezequiel sugere a compra e distribuição de forma imediata de cestas básicas para a população menos favorecida, que sofrerá já desde o primeiro momento com as restrições impostas.

Famílias em situação de vulnerabilidade social

Para as famílias de baixa renda e vendedores ambulantes, Ezequiel sugere que as contas de água dos meses de março, abril e maio, devam ser isentas. A medida seria estabelecida em acordo com a Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte (Caem).

Com o objetivo de ajudar o agricultor familiar para geração de renda e de doar alimentos para quem precisa, o Governo do Estado nos próximos meses da pandemia da Covid-19, compraria de agricultura familiar alimentos produzidos pelos homens e mulheres do campo, visando a montagem de cestas básicas. "Então arroz, feijão, farinha de mandioca, mel, azeite, óleo e massas do Seridó e outras regiões se transformariam em cestas básicas beneficiando mais famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar no estado", exemplifica.

Veículo: Agora RN – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Sistema Fecomércio abre inscrições para exposições na Galeria Sesc **Impacto:** Positivo
Link: <https://agorarn.com.br/ultimas/sistema-fecomercio-abre-inscricoes-para-exposicoes-na-galeria-sesc>

Cultura

Sistema Fecomércio abre inscrições para exposições na Galeria Sesc

Três projetos serão contemplados e cada artista selecionado vai receber R\$ 3.500,00. As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho

Redação

19/03/2021 | 02:22



Espaço do Sesc está aberto para receber exposições - Foto: Divulgação / Sesc

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis no sescrn.com.br/cultura/editais

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visita virtual que ficará disponível no Youtube do Sesc RN. Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

“A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 inovamos com a proposta das exposições virtuais, em virtude da pandemia”, comentou Fernando Virgílio, diretor regional do Sesc RN.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2
Título: Entidades criticam decreto e camelôs relatam apreensão **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/entidades-criticam-decreto-e-camela-s-relatam-apreensa-o/505577>

Entidades criticam decreto e camelôs relatam apreensão

Publicação: 2021-03-19 00:00:00

Felipe Salustino
Repórter

As novas medidas restritivas do Governo do Estado para conter o avanço da pandemia da covid-19, preocupam entidades que representam o setor de Comércio e Turismo do Estado. O Decreto Nº 30.419 determina que, a partir deste sábado (20), apenas os serviços considerados essenciais poderão funcionar até o dia 2 de abril. O Decreto foi assinado em comum acordo entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Natal. No Alecrim, os camelôs do maior centro comercial de rua de Natal, estão desanimados com as novas normas e temem prejuízos ainda maiores.

Créditos: Magnus Nascimento



Marcos Aurélio tem um quiosque no Camelódromo do Alecrim, que deverá ficar fechado por 14 dias

Nessa quinta-feira (18), a TRIBUNA DO NORTE conversou com comerciantes que mantêm quiosques no Camelódromo do Alecrim. As ruas do bairro estavam vazias, com pouca circulação de pessoas, ao contrário do que é comum no bairro em tempos sem pandemia. A maioria das pessoas ali era formada por trabalhadores da região, como Marco Aurélio, de 50 anos. Ele é dono de uma loja de relógios no Camelódromo e trabalha no Alecrim há 12 anos. O comerciante está angustiado por saber que não poderá abrir a loja nos próximos dias.

"Vivo do comércio. Estou pedindo a Deus para conseguir apurar um dinheirinho daqui para amanhã para poder comer. A gente precisa manter a família, né? A responsabilidade é grande e a gente fica pensando no que pode fazer. Em nome de Jesus, vai dar certo", comenta Marco Aurélio com os olhos marejados.

Silvânia Maria, de 57 anos, trabalha no Alecrim há 32 anos. Para ela, a situação é delicada e a preocupação com as contas, constante. "O fechamento [do comércio] é bom para que a gente não pegue mais essa doença, mas os pequenos camelôs como a gente vão sofrer muito, porque serão quinze dias de necessidade. Como é que os pais de família vão comprar café, pão, leite, arroz e pagar água e luz?", questiona ela, que tem uma loja de roupas no local.

'Mexa-se'

Aos 68 anos, José de Anchieta Alves diz que não vê o fechamento do comércio com bons olhos, mas, segundo ele, a medida é necessária diante da atual situação epidemiológica do Estado. "A gente não vê o fechamento do comércio com bons olhos, mas temos que aceitar. Aqui sustento toda a minha família: filhos, netos e bisnetos. Nós estamos entregues na mão de Deus. O perigo é a pandemia. Tem gente que não quer aceitar isso por causa de ideologia política, mas essa medida é a melhor para salvar vidas", ressalta.

O comerciante mantém, junto com a família, seis lojas de variedades no Camelódromo. José de Anchieta Alves diz que o momento é de se reinventar e que irá apostar nas vendas pela internet, assim como fez no ano passado, quando precisou fechar o comércio também por causa da crise sanitária.

"A gente vende máscara e vai continuar trabalhando com esse item. É crise? Tire o 's' e crie, mexa-se. Tem a internet para trabalhar. Ano passado nós conseguimos sobreviver assim", sugere. José de Anchieta reconhece, no entanto, que a situação é mais crítica agora e reclama da falta de ações por parte do Governo Federal para amenizar as consequências da crise. "Nós estamos num barco sem comandante. O Auxílio Emergencial é primordial. O Governo brasileiro não tem um plano de sobrevivência para o país. A indústria e o comércio sobrevivem aleatoriamente", reclama.

Quem não trabalha no comércio se divide entre a necessidade da medida estabelecida pelo novo decreto e os impactos para os trabalhadores. "É complicado para quem precisa trabalhar. Por uma parte eu concordo [com o fechamento total], mas por outra, não. Fechando o comércio diminui os números da pandemia, mas prejudica quem precisa se sustentar", conta a dona de casa Francisca Valdenice, de 33 anos, que veio de Nísia Floresta, na Região Metropolitana de Natal, para visitar o Alecrim.

Entidades apontam risco de desemprego maior

Entre as entidades que representam o Comércio e o Turismo no Rio Grande do Norte, a nova determinação não foi bem aceita. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) afirmou ter recebido a medida com surpresa e indignação. O presidente da Associação, Paulo Passariello, disse que pelo menos metade dos trabalhadores do setor no Estado poderá ser afetado com a adoção do novo decreto.

"A Abrasel está indignada, porque nós vínhamos conversando com o Governo do Estado há três dias, e nos foram dadas garantias de que não haveria o fechamento total, mas, eventualmente, um pouco de endurecimento das regras, o que poderia até ser aceito. Essa medida vai criar um caos social muito grande, com um número alto de demissões. Nosso setor emprega aproximadamente 18 mil trabalhadores com carteira assinada. A previsão é que, pelo menos a metade poderá ser prejudicada", prevê o presidente da Abrasel/RN.

Paulo Passariello informou que a Abrasel avalia acionar o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) para que o Governo do Estado seja pressionado a criar um auxílio para o setor. "É provável que a gente acione o Ministério Público para pressionar o Governo a auxiliar as empresas a pagarem os salários dos funcionários no próximo mês. Queremos que o MP faça a mesma pressão que fez pelo fechamento do comércio. Estamos avaliando com o nosso jurídico, mas certamente vamos fazer uma solicitação junto ao Ministério Público", explica.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN), Abdon Gosson, manifestou preocupação com a medida, uma vez que, segundo ele, as ações do Governo do Estado para aliviar a crise no setor de Turismo são insignificantes. "Mais uma vez, o setor de Turismo, em especial a hotelaria, está sendo sacrificada, e classificada como a área mais prejudicada em toda a economia durante a pandemia. É muito preocupante a situação dos trabalhadores ao nosso redor. E que fique claro que nós somos sempre a favor da preservação da vida, mas também precisamos preservar os empregos daqueles que precisam levar a comida para os seus familiares. Até agora, o Governo manifestou-se timidamente, com ajudas insignificantes que não suprem em absolutamente nada a redução de prejuízos que os hotéis e, consequentemente, seus colaboradores tiveram e ainda terão", afirma.

Gosson descartou, contudo, a possibilidade de medidas contra o Governo do Estado em função do novo decreto. "Não planejamos nenhuma medida, mas queremos um posicionamento por parte dos representantes para decidir o que fazer da vida dessas milhares de pessoas que estão desempregadas, e aquelas que estarão, a partir de sábado. São dois tombos no mesmo ano, em uma mesma época. As empresas não aguentam mais. É uma questão de sobrevivência", acrescenta.

A TRIBUNA DO NORTE tentou ouvir a Câmara de Dirigentes Lojista de Natal (CDL) sobre o Decreto que passará a vigorar a partir deste sábado (20), mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2
Título: Com pandemia, demanda de passageiros aéreos recua 39,2% no RN, em fevereiro **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-pandemia-demanda-de-passageiros-aereos-recua-39-2-no-rn-em-fevereiro/505571>

Com pandemia, demanda de passageiros aéreos recua 39,2% no RN, em fevereiro

Publicação: 2021-03-19 00:00:00

Margareth Grilo
Editora Executiva

Em meio à pandemia do novo coronavírus, a procura e a oferta de transporte aéreo despencou no mês de fevereiro deste ano, ante o mesmo mês de 2020. De acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o mercado doméstico teve uma retração de 43,4% no período. O número de passageiros transportados caiu de 7,643 milhões, em fevereiro de 2020 para 4,325 milhões no mês passado. No comparativo com janeiro deste ano, que registrou o transporte de 6,092 milhões, a redução foi de 34,2%, de acordo com a Anac. Nos últimos doze meses, o volume de passageiros transportados foi de 42,009, com redução de 56%.

Créditos: ARQUIVO/TN



No segundo mês deste ano, 124.515 passageiros embarcaram e desembarcaram no Aeroporto de Natal. Em janeiro, foram 204.874.

No Rio Grande do Norte, as companhias aéreas transportaram via Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, mais de 80 mil passageiros a menos em fevereiro. No segundo mês do ano, 124.515 passageiros embarcaram e desembarcaram no terminal, o que representa uma queda de 39,22% no comparativo com janeiro deste ano, quando passaram pelo terminal 204.874 passageiros. Esse fluxo era semelhante ao de fevereiro de 2020 (204.765), momento anterior às medidas de distanciamento social para conter a disseminação do novo coronavírus no Estado. Os dados estão disponibilizados no site da Inframérica, concessionária que administra o aeroporto,

No mês passado, há registro de 1.014 aeronaves em trânsito no terminal, 571 a menos em relação a janeiro e 528 a menos ante fevereiro de 2020, segundo o relatório. Os dados são reflexos do recrudescimento da pandemia de covid-19, em todo o País que impôs medidas de restrições mais rígidas em vários estados. No Estado, o fluxo de passageiros vinha em escala gradual de recuperação, sustentado pela demanda doméstica. Em dezembro, o terminal registrou a 7ª alta consecutiva de voos e passageiros e chegou a atingir 155 mil usuários e 1.340 mil voos, por isso, o head de negócios da Inframérica se disse, à época, otimista quanto à retomada em 2021. Em novembro, o registro tinha sido de 921 voos e 126 mil passageiros.

Em 2020, o terminal aéreo potiguar recebeu 1.185.208 de passageiros, representando uma movimentação 49% menor que em 2019, quando recebeu 2.330.725 usuários. O fluxo do ano passado foi pior que em 2014, quando o aeroporto foi inaugurado, e recebeu 1.495.724 passageiros. A partir da abertura, o número de passageiros oscilou entre 2,3 milhões e 2,4 milhões, com pico de 2.584.355 em 2015, segundo a Inframérica.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2
Título: Com pandemia, demanda de passageiros aéreos recua 39,2% no RN, em fevereiro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-pandemia-demanda-de-passageiros-aereos-recua-39-2-no-rn-em-fevereiro/505571>

No caso das cargas aéreas, houve movimentação de 306.568 quilos, em fevereiro deste ano contra 1.021 milhão de quilos em fevereiro de 2020, o que mostra uma drástica redução de 69,97%. No comparativo com janeiro deste ano, quando foram transportados 331.851 quilos, a queda foi menor: 7,61%, o que mostra certa recuperação no setor.

No País, o transporte de carga também registra queda. A retração foi de 16%, com o volume transportado caindo de 33.887 toneladas para 28.464 toneladas, no período de um ano. Nos últimos doze meses, as cargas transportadas somaram 312.756 toneladas, com retração de 30,7%.

Taxa de ocupação

Um outro cálculo da Anac mostra que a demanda (medida em passageiros-quilômetros pagos transportados, RPK) teve queda de 36,5%, entre o segundo mês de 2021 e o mesmo mês do ano passado. No comparativo com janeiro deste ano, a queda na demanda foi de 31,55%. Já a oferta de assentos das companhias aéreas teve queda de 34,7% no mercado doméstico, novamente comparando com fevereiro de 2020.

A taxa de ocupação média no mercado doméstico de aviação foi de 77,1% entre as companhias aéreas nacionais, o que revela uma queda de 5,8% no comparativo com fevereiro de 2020. A melhor taxa de ocupação no mês foi da GOL, com 80,8%, e a pior foi da Latam, com 72%. A GOL continuou na liderança do mercado, com 34,7% de participação, com pouca diferença para a Azul, segunda colocada com 34,5%, e Latam aparece com 30,3%.

A demanda por voos internacionais, de acordo com o relatório do Transporte Aéreo, da Anac, caiu em 89,3% e a oferta de assentos em 75,6%.

Cenário do transporte aéreo

Demanda de passageiros e oferta de voos no País e RN

No Brasil	Ocupação das aeronaves
Total de passageiros transportados	à 77,1% (-5,8%)
à Janeiro 2021	Carga transportada
6.092.177	28.464 toneladas (-16%)
à Fevereiro 2021	No Rio Grande do Norte
4.325.203	Total de passageiros transportados
à Fevereiro 2020	à Janeiro 2021
7.643.444	204.874
à - 43,4% em fevereiro deste ano ante fevereiro de 2020	à Fevereiro 2021
à - 34,2% ante janeiro de 2021	124.515
à - 34,7% na oferta de assentos em fevereiro ante fevereiro de 2020	à Fevereiro 2020
Nos últimos 12 meses	204.765
Março 2020 a Fevereiro de 2021	à - 39,19% em fevereiro deste ano ante fevereiro de 2020
à 38.691.288 passageiros transportados	Carga transportada (em Kg)
à - 59,6% foi a variação no período	à 306.568 (-69,97%)

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prefeito anuncia liberação do funcionamento de academias e templos religiosos em Natal **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/prefeito-anuncia-liberaa-a-o-do-funcionamento-de-academias-e-templos-religiosos-em-natal/505609>

Prefeito anuncia liberação do funcionamento de academias e templos religiosos em Natal

Publicação: 2021-03-19 00:01:00

As academias e templos religiosos de Natal poderão continuar funcionando após o sábado (20), data em que se inicia a vigência do decreto conjunto de Governo e Prefeitura com normas mais rígidas de isolamento social.

A informação foi confirmada pelo prefeito de Natal, Álvaro Dias, por meio de postagem numa rede social. Ele explicou que a decisão foi tomada em comum acordo entre Município e Governo do Estado.

Créditos: Reprodução/Instagram



Prefeito Álvaro Dias (PSDB) anuncia a liberação de academias e abertura de templos e igrejas em Natal.

DIA DO CONSUMIDOR até 30% off

saiba mais

- Entidades criticam decreto e camelôs relatam apreensão
- Decreto conjunto do Governo e Prefeitura começa a vigorar sábado; veja o que vai fechar
- Covid-19: Novo decreto com restrições é publicado no Diário Oficial do Estado
- Concordância da Prefeitura de Natal com novo decreto do Governo foi informada pelo MP

De acordo com o prefeito, o decreto vai respeitar duas leis municipais que definiram o funcionamento de templos religiosos e de academias de ginástica como atividades essenciais.

Segundo ele, há protocolos de biossegurança que deverão ser seguidos e deverão ser detalhados pela Vigilância Sanitária e Secretaria de Saúde de Natal. A medida torna sem objeto ação judicial que iria pedir a abertura desses estabelecimentos.

Já sobre os templos religiosos, também deverão seguir protocolos religiosos rígidos e limitar a 25% de sua capacidade a quantidade de pessoas dentro dos locais no momento de celebrações.

A expectativa é que um novo decreto seja publicado ainda nesta sexta-feira (19) detalhando a inclusão dessas atividades entre as que foram consideradas essenciais no decreto conjunto publicado quarta-feira (17).

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Congresso articula mais um Refis e nova repatriação com isenção de multa **Impacto:** Neutro

B1 | SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

creci: 7.701-J

King
IMÓVEIS

Rua Coronel Melinas, 186 - Penna

Dr. Hatiro Shimoto
Diretor Presidente

2856-7201
2856-7246
2856-7200

JUROS BAIXOS compreem imóveis com legalidade e segurança na KING
imoveis@kingimoveis.com.br | www.kingimoveis.com.br

Tributação. Movimento, que parcelaria débitos de empresas, é encabeçado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que também quer encampar a proposta para nova rodada de repatriação de recursos de contribuintes que estão no exterior e não foram declarados

Congresso articula mais um Refis e nova repatriação com isenção de multa

Adriana Fernandes | BRASÍLIA

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disparou um movimento pela volta do Refis (programa de parcelamento de débitos tributários). Na visão dele, após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial, a prioridade é cuidar da “saúde financeira” das empresas e pessoas físicas afetadas pelo impacto da pandemia covid-19 que passa por uma segunda onda ainda mais forte do que a primeira em 2020. Ele quer agilizar a tramitação do novo Refis nos próximos 30 dias.

O próprio Pacheco já tem um projeto, apresentado no ano passado, e designou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), como relator. Bezerra esteve ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o novo programa.

Segundo apurou o Estadão, o líder do governo já fez também as primeiras reuniões técnicas na Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Pacheco, segundo auxiliares, quer também encampar a proposta para uma nova rodada de repatriação de recursos de contribuintes que estão no exterior e não foram declarados à Receita com o argumento de reforçar os cofres do governo. Se a proposta avançar, será a terceira rodada. Ele já avisou a Guedes que não vai esperar a reforma tributária, como queria a equipe econômica, já que a proposta não avançará rápido.



Para empresas. Pacheco já tem projeto de Refis pronto, apresentado em 2020, e designou Fernando Bezerra como relator

Imposto de Renda. O presidente do Senado apoia também uma proposta para revisão dos valores dos imóveis e outros ativos, o que possibilitará ao governo arrecadar o Imposto de Renda antecipadamente com alíquota mais baixa. A proposta

● **Programa aberto**
Ex-secretário da Receita, Jorge Rachid lembra que está em aberto um programa de transação tributária que o contribuinte negocia com a área jurídica da Economia os débitos já inscritos

foi defendida há poucos dias pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro fez referência a essa proposta, mas ela não avançou na Receita, que na época avaliava que a medida iria beneficiar apenas quem já estivesse engatilhado para vender os ativos e pagar menos tributo.

Na proposta original do projeto de Refis de Pacheco, há várias modalidades de pagamento dos débitos, com parcelamento variando em 145 parcelas e até 175 parcelas (mais de 14 anos). Há uma opção de redução de 90% dos juros de mora e 100% das

multas devidas. Para quem parcelarem até 175 vezes, a redução dos juros é de 50% e de 25% multa. As condições devem variar nas negociações para aprovação do teto.

Outros projetos. Além do projeto de Pacheco, há mais dois projetos de criação de um novo Refis no Congresso: do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), e de Ricardo Guidi (PSD-SC). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), apoia o Refis, mas não se manifestou ainda sobre a possibilidade de avançar com o projeto pela Câ-

mara ou Senado.

Como o projeto do Senado tem o carimbo do próprio presidente da Casa, a expectativa entre os empresários é que haja mais chance de ser encampado e com estágio mais avançado, já que tem relator designado e conversando com o governo.

Segundo a presidente da Federação Nacional das Indústrias de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra), Vivien Suruagy, as empresas têm pressa por causa do agravamento da pandemia e piora do cenário econômico, depois de um ano já muito difícil em

2020. “A pressão será forte para ter o Refis aprovado até julho”, diz. Ela representa 137 mil empresas que empregam 2,25 milhões de trabalhadores. Ela defende um Refis de até 240 meses e desconto de juros de 70%. Vivien também defende o parcelamento do débito com a possibilidade de aproveitamento do prejuízo fiscal das empresas. Ela relatou que as empresas estão sofrendo muito também com problemas de inadimplência e, por isso, a urgência do Refis.

Ex-secretário da Receita, Jorge Rachid disse que a situação atual requer uma avaliação aprofundada. Para Rachid que estava à frente do Fisco na época da Refis da crise de 2016-2017, “o risco que ocorre é estimular os contribuintes que tem condição de pagar e param de pagar como fonte de financiamento”. Mas ele ponderou que, no contexto atual de “guerra”, não dá para pegar a “caixinha que era utilizada lá atrás. “É um modelo diferente. Tem que acompanhar o ambiente de inadimplência”, recomendou. A posição da Receita é sempre fazer um Refis com regras mais rigorosas do que o anterior para não estimular os devedores contumazes. O Fisco sempre se posicionou contrário aos inúmeros Refis.

Para o tributarista Luiz Bicharra, o Refis é fundamental porque o momento de crise econômica aguda exige algum alívio dos contribuintes.



“A pressão será forte para ter o Refis aprovado até julho.”

Vivien Suruagy, presidente da Feninfra

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Economia diz que não se opõe a projeto apoiado por Michelle **Impacto:** Neutro

Economia diz que não se opõe a projeto apoiado por Michelle

Ministério afirma ainda que não há renúncia de receita em proposta que leva portadores de visão monocular ao BPC

Idiana Tomazelli
Anne Wirth / BRASILIA

O Ministério da Economia afirmou ontem que não se opõe à sanção do projeto de lei que declara a visão monocular (cegueira de um dos olhos) como deficiência para todos os efeitos legais. A pasta, responsável pela política fiscal do governo, divulgou nota para "esclarecer" que a proposta "não envolve renúncia de receita". Reportagem do 'Estadão/Broadcast' mostrou, porém, que o texto pode turbinar as despesas em ao menos R\$ 5 bilhões. Não houve na reportagem menção a renúncias de tributos.

"O Ministério da Economia

esclarece que o PL 1615/2019, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, não envolve renúncia de receita. O Ministério reafirma manifestação encaminhada no dia 17 de março de 2021 à Secretaria-Geral da Presidência da República pela qual expressa seu posicionamento como nada a opor à sanção do projeto", diz a nota da pasta.

Como revelou o 'Estadão/Broadcast', o projeto foi aprovado no Senado e na Câmara e conta com o apoio da primeira-dama Michelle Bolsonaro, mas pode se tornar uma bomba fiscal a explodir no colo do governo e dar margem até mesmo para a abertura de um processo de impeachment.

O texto, que aguarda a sanção presidencial, abre caminho para que essas pessoas peçam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda no valor de um salário

mínimo por mês - R\$ 1,1 mil. Em análises preliminares, técnicos do governo estimam que cerca de 400 mil pessoas com visão monocular se encaixam nos critérios de renda do BPC e poderão se habilitar caso a proposta seja sancionada, a um custo de pelo menos R\$ 5 bilhões ao ano, segundo apuração da reportagem.

O rombo pode ser ainda maior porque o levantamento considera o critério formal para a concessão do BPC: renda de até um quarto de salário mínimo por pessoa, ou atuais R\$ 275. Mas o benefício é um dos mais judicializados, e é comum brasileiros com renda superior, de até meio salário (R\$ 550), conseguirem a ajuda. Além disso, a sanção do projeto poderia ter impacto na aposentadoria de pessoas com deficiência, que tem regras mais brandas do que para trabalhadores em geral.

Crime de responsabilidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que a criação de uma despesa obrigatória venha acompanhada de uma redução permanente em outro gasto ou então de uma elevação permanente de receitas (com criação ou aumento de tributo). A emenda constitucional do teto de gastos, que limita o avanço



Monocular. Paulo Guedes, Luísa e Amália, apoio ao projeto

Os elegíveis ao BPC

400 mil

pessoas com visão monocular se encaixam nos critérios de renda do BPC, a um custo anual de pelo menos R\$ 5 bilhões

das despesas à inflação, exige estimativas de impacto orçamentário e financeiro para propostas que criem despesa obrigatória ou concedam renúncias. O respeito ao teto também de-

monoclulares e que mais trabalhou pela lei, para juntar no Palácio da Alvorada. Depois do encontro, o casal posou para fotos cobrindo um dos olhos - um dos símbolos da campanha dos monoclulares. Agora, o presidente liberou a primeira-dama para tentar convencer os ministros a não se posicionarem contra o texto.

A articulação tem surtido efeito. Defensor de medidas fiscais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, posou na semana passada para foto cobrindo um dos olhos ao lado de Amália, da deputada Luísa Canziani (PTB-PR), que relatou a proposta na Câmara, e da deputada Plávia Arruda (PL-DF), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

mandaria o corte de outra despesa, no caso de maior gasto com BPC. Nenhum desses dispositivos foi observado na tramitação do projeto.

Caso o presidente Jair Bolsonaro decida sancionar a lei, o ato pode ser enquadrado como crime de responsabilidade, dando base a um processo de impeachment. Ele tem até o próximo dia 23 para tomar uma decisão.

Em fevereiro, antes da aprovação do texto pela Câmara, Michelle convidou Amália Barros, uma das principais lideranças

O 'Estadão/Broadcast' mostrou ainda que o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, tem dado sinalizações de que o reconhecimento da visão monocular como deficiência não significa direito automático ao BPC e, por isso, seu impacto não é imediato nem certo. Esse entendimento abriria o caminho para a sanção do projeto, sem que Bolsonaro cometesse crime ou precisasse se indispor com um grupo respaldado pela primeira-dama.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Ministro Roma diz que o valor do auxílio é o 'viável' **Impacto:** Neutro

B4 | **Economia** | SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro Roma diz que valor do auxílio é o 'viável'

Bolsonaro já assinou MPs para a retomada do benefício; governo promete para agosto novo programa Bolsa Família, mais 'robusto'

Camilla Turtelli
Gustavo / BRASÍLIA

O ministro da Cidadania, João Roma, disse que os valores propostos para a nova rodada do auxílio emergencial (entre R\$ 150 e R\$ 375) foi o "viável" pelo limite total de R\$ 44 bilhões de gastos autorizados pelo Congresso. Segundo o ministro, após as quatro parcelas previstas para serem pagas entre abril e julho, o Bolsa Família voltará em agosto reformulado, mais "robusto", para ampliar a rede de proteção de forma permanente.

A Secretaria Especial de Comunicação Social informou ontem que o presidente Jair Bolsonaro assinou as duas medidas provisórias para a retomada do auxílio. Ele entregaria os textos presencialmente ao Congresso ontem, mas desmarcou o compromisso após a informação sobre a morte do senador Major Olímpio.

O Palácio do Planalto confirmou as informações antecipadas pelo Estadão do desenho da nova rodada, que prevê quatro parcelas mensais de R\$ 150 para famílias de uma pessoa só, R\$ 250 para a média das famílias e R\$ 375 para mulheres que são únicas provedoras da família.

"São esses os valores e esses

recursos são mais do que essenciais, é um recurso que faz muita diferença para aquele brasileiro vulnerável, que mais precisa", disse Roma.

"São valores menores dos que foram pagos no ano passado (cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300, com mães chefes de família ganhando cota em dobro), mas a política social e a área econômica são duas faces da mesma moeda. Então, isso foi o possível de ser viabilizado pelo Congresso Nacional, com a PEC emergencial que viabilizou R\$ 44 bilhões e, com esse valor, ajustamos para conseguir atender a aproximadamente 46 milhões de famílias em todo o Brasil", disse. De acordo com o Palácio do Planalto, 46,5 milhões de famílias vão ser contempladas nessa rodada.

No ano passado, o auxílio emergencial foi pago a 68 milhões de pessoas. Agora, a mais recente versão do cadastro terá 46 milhões de destinatários – uma queda de 22 milhões. O go-

● **O que foi viabilizado**
"São valores menores (do auxílio) dos que foram pagos no ano passado. Então, isso foi o que foi viável ser viabilizado."

João Roma
MINISTRO DA CIDADANIA

verno não pretende abrir um novo cadastro, salvo acréscimos por ordem judicial.

Para liberar uma nova rodada de auxílio emergencial a vulneráveis durante a pandemia de covid-19, o presidente precisou editar também uma medida provisória para abrir o crédito para os pagamentos, limitado ao montante de R\$ 44 bilhões, conforme determinou a PEC emergencial, promulgada esta semana e que permitiu a concessão do novo auxílio.

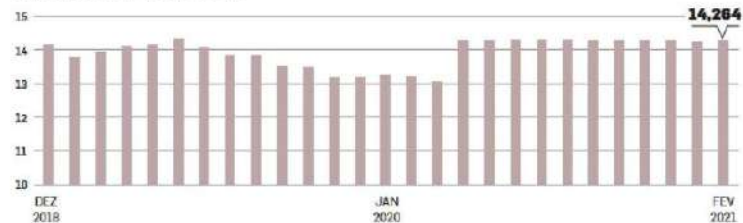
Bolsa Família. Roma afirmou que o governo estuda a reformulação e reestruturação do programa Bolsa Família para agosto. "Estamos, sim, estudando uma reestruturação do programa para que, já no mês de agosto, após a última parcela do auxílio, beneficiários do Bolsa Família possam encontrar um programa mais robusto que possa de fato servir como um caminho intermediário na saída do auxílio para retomada inclusive do crescimento econômico brasileiro e avançar com essa rede de proteção", disse o ministro, que assumiu a pasta em fevereiro no lugar de Onyx Lorenzoni.

Como mostrou o Estadão, a ideia é unificar benefícios já existentes no programa, reajustar os valores e criar novas bolsas por mérito escolar, esportivo e científico. Nesse desenho,

NOVO BOLSA FAMÍLIA

● Governo prepara reestruturação do benefício, com novas bolsas por mérito escolar, esportivo e científico

EM MILHÕES DE FAMÍLIAS BENEFICIARIAS



R\$ 34,8 bi*
orçamento federal para 2021

14,5 milhões
número de famílias contempladas em março, segundo o ministro João Roma

R\$ 186,83
valor médio do benefício em fevereiro

*AINDA A SER APROVADO PELO CONGRESSO NACIONAL, QUE TAMBÉM PODE ALIMENTAR A VERBA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

EMERGENCIAL MAIS RESTRITO

● Abrangência

Auxílio será pago a 45,6 milhões de brasileiros, com valores entre R\$ 150 e R\$ 375. Regras são mais apertadas. Custo chega a R\$ 43 bilhões

● Restrições

Será pago apenas um benefício por família, diferentemente de 2020, quando até duas pessoas na mesma família poderiam ser contempladas. Quem deixou de movimentar os valores depositados na poupança digital em 2020 será excluído da nova rodada. Governo não vai abrir novo cadastro para quem perdeu emprego

formal, não tem mais a proteção do seguro-desemprego e ainda não conseguiu se recolocar

● Critérios

Entre outros, ter renda de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda familiar de até três salários; ter sido beneficiário do auxílio em dezembro de 2020; não ter emprego formal ativo; não receber benefício previdenciário, assistencial ou seguro-desemprego. Pode ser beneficiário do abono salarial ou Bolsa Família; não ter, em 2019, recebido rendimentos acima de R\$ 28.558,70 ou isentos acima de R\$ 40 mil

14,5 milhões de famílias seriam contempladas, o mesmo número das que vão receber o benefício neste mês de março.

Segundo apurou a reportagem, a ideia é que, no primeiro ano, cerca de 10 mil estudantes sejam contemplados com bolsas por mérito esportivo (para alunos que se destacarem em jo-

gos escolares, por exemplo) e outros 10 mil na categoria iniciação científica. O aluno receberá R\$ 100 mensais e a família recebe uma parcela única de R\$ 1 mil, somando R\$ 2,2 mil no período de um ano. As bolsas devem custar juntas aproximadamente R\$ 50 milhões.

A bolsa por mérito escolar só

será implementada em 2022 porque dependerá das notas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A reformulação do Bolsa Família ainda prevê o pagamento de um auxílio-creche, para incentivar mães a deixarem os filhos pequenos na escola e, assim, poderem trabalhar ou buscar emprego. Também há a previsão de unificação e simplificação dos seis tipos de benefício que hoje compõem o programa, para facilitar o entendimento das famílias.

Roma afirmou que a reformulação do Bolsa Família será bancada com a "economia" que será feita nos quatro meses de pagamento do auxílio emergencial. Neste ano, o Orçamento do Bolsa é de R\$ 34,8 bilhões. Entre abril e julho, os assistidos pelo programa receberão o auxílio emergencial, que é pago por meio de crédito extraordinário.

"Essa reestruturação para o ano de 2021 será dentro do recurso do próprio Bolsa Família. Teremos inclusive um saldo durante os quatro meses que será a execução do auxílio emergencial." / COLABOROU EMILLY BEHNKE

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 19/03/21 – Cidade/UF: DF

Título: Alta da Selic deve pressionar dívida e PIB Impacto: Neutro

Alta da Selic deve pressionar dívida e PIB

Economistas veem aumento de até R\$ 25 bi da dívida do governo federal no curto prazo e maior dificuldade para reativação da economia

Douglas Gavras

Os sinais contraditórios por parte do governo federal no enfrentamento da pandemia da covid-19 e a falta de um compromisso claro com a manutenção da política de controle de gastos públicos deixaram o Banco Central sem muitas saídas, além de iniciar um novo ciclo de aumento da Selic, segundo avaliação de economistas ouvidos pelo 'Estadão'.

Segundo eles, a elevação de 0,75 ponto percentual, levando a taxa básica de juros para 2,75% ao ano, demonstraria a falta de alternativa do BC, que precisa agir rapidamente para controlar as expectativas de inflação. O aumento, no entanto, deve ter um efeito negativo sobre o custo da dívida pública e pode deprimir ainda mais a atividade econômica, agravando o desemprego – no momento em que o País bate recordes de mortes e a pandemia de covid-19 segue fora de controle.

Como uma parte da dívida interna é diretamente atrelada à Selic, ao subir os juros, sobe também o custo de carregamento da dívida. Uma estimativa da corretora Necton aponta que a alta de 0,75 ponto nos juros básicos pode levar a um aumento de R\$ 25 bilhões da dívida no curto prazo. Juros mais altos também tendem a ter um impacto negativo sobre a atividade econômica.

Para Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), é fato que o ciclo de alta de juros vai ter um efeito negativo sobre a atividade econômica, que já está fraca. Mas a alta da Selic não será causa da fraqueza, mas uma consequência de todo esse cenário.

“Não dá para pensar apenas nos juros. É preciso avaliar que o País está em um desequilíbrio grande. Antes da pandemia, a dívida era alta, mas convergindo. Depois de um choque, com gastos de curto prazo, agente vai ter um segundo ano de gastos extraordinários e uma dificuldade grande de conter a pandemia.”

Ela ressalta que seria preciso compensar o aumento de gastos decorrentes da pandemia com contrapartidas de médio e longo prazos e reduzir os gastos obrigatórios. “Ficamos com uma dívida alta e ainda não resolvemos a questão da pandemia. Não era para estarmos falando de subida de juros agora, pela fraqueza da economia, mas o BC está agindo de acordo com os seus objetivos.”

A economista-chefe do Credit Suisse no Brasil, Solange Srour, concorda que a alta dos juros era um movimento necessário. “É um processo que começou agora e só deve acabar quan-

GRANDE OPORTUNIDADE LEILÃO SOMENTE ONLINE 23 e 30/03/2021, ÀS 14H

IMÓVEL RESIDENCIAL: CASA EM LONDRINA/PR

JARDIM PACAEMBU, LONDRINA - PR
ÁREA DO TERRENO DE 275,00 m² E ÁREA CONSTRUÍDA* DE 178,65 m²
 1ª Leilão: 23.03.2021 às 14h. Lance mínimo: R\$ 305.000,00.
 2ª Leilão: 30.03.2021 às 14h. Lance mínimo: R\$ 334.218,26 (caso não seja arrematado no 1º leilão).

*Valor em R\$ 178.65 m². Para mais detalhes, consulte o Edital no site do SODRÉ SANTORO. Informações e valores sujeitos a alterações sem aviso prévio. O SODRÉ SANTORO não se responsabiliza por erros de transcrição de dados. Para mais informações, consulte o Edital no site do SODRÉ SANTORO. Informações e valores sujeitos a alterações sem aviso prévio. O SODRÉ SANTORO não se responsabiliza por erros de transcrição de dados. Para mais informações, consulte o Edital no site do SODRÉ SANTORO. Informações e valores sujeitos a alterações sem aviso prévio.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Para economistas, governo tem de focar nas vacinas

Viticlus Nelder / RIO

A piora da pandemia de covid-19 neste início de ano exigirá novas medidas, com mais gastos por parte do governo federal, e levará ao aumento do rombo nas contas públicas. No curto prazo, o foco da ação do governo deveria ser a aceleração da vacinação, disseram três economistas de diferentes correntes teóricas, em debate ontem promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), em parceria com o Estadão. O resultado é um aumento da dívida pública. A busca pelo equilíbrio das contas poderá ficar para depois, e o aumento de impostos está no radar.

No curto prazo, os economistas reconheceram a importância de uma nova rodada do auxílio emergencial. Para o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do Ibre/FGV, o debate sobre a reedição da medida, por meio da PEC emergencial, errou ao ser travado em torno de possíveis cortes de despesas, para compensar o gasto adicional. “É muito difícil fazer ajuste de curto prazo da ordem de grandeza das medidas necessárias (diante do recrudescimento da pandemia)”, disse Pires, um dos participantes do seminário online Os Caminhos da Política Fiscal.

O limite de R\$ 44 bilhões para a nova rodada do auxílio emergencial foi criticado pela economista Laura Carvalho, professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP. Segundo ela, o valor equivale a 15% do gasto com a transferência de renda temporária no ano passado.

No médio prazo, Pires chamou a atenção para o fato de a PEC emergencial trazer em si uma “reanagem” da política fiscal com mudanças nas regras que exigem ajuste de contas.

Mas para Fábio Giambiagi, economista do BNDES, o aumento de impostos não pode ser descartado.

Conforme o especialista em Previdência e contas públicas, entre 2011 e 2021, haverá uma redução da receita bruta federal da ordem de 2% do PIB. Nesse quadro, para o economista, será impossível, de 2023 em diante, fazer um ajuste que busque o equilíbrio das contas públicas apenas pelo corte de despesas.



Análise. Para Sílvia Matos, BC age segundo seus objetivos

do os juros chegarem a 6,5% ao ano. É preciso ancorar a expectativa de inflação. Certamente, isso tem impacto na dívida, mas o BC não pode fazer política de

juros olhando para a dívida.”

“O Brasil acaba tendo de subir juros antes do que poderia, como não aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição

(PEC) emergencial mais robusta, com gatilhos mais duros. E a gente deveria estar apresentando uma proposta efetiva de corte de gastos, com a reforma administrativa, mas não parece haver empenho em aprová-la.”

Alternativas. Alexandre Schwartzman, consultor e ex-diretor do Banco Central, argumenta que houve um choque vindo da combinação de preços de commodities (os produtos básicos) em alta e do dólar, também em alta, o que normalmente não ocorre.

“O BC tinha alternativas? Desconho que não. O governo tinha alternativas? Com certeza. Se conseguisse sinalizar uma mudança na trajetória de gastos, déficits e dívida, provavelmente o dólar estaria menos pressionado e teria caído em resposta ao aumento das com-

modities, o que permitiria ao BC normalizar a política monetária mais tarde e em ritmo mais lento”.

“A desvalorização do real não tem ligação com a Selic”, descartou o economista da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro. “O que levou à desvalorização da moeda foi a incerteza causada pela pandemia, a política ambiental do governo que afasta investidores estrangeiros e o próprio combate à pandemia”, diz.

Oreiro acrescenta que o cenário para a economia brasileira em 2021 é de auxílio emergencial menor que no ano passado, o BC iniciando um novo ciclo de aumento de juros e a adoção de medidas de lockdown para tentar conter o aumento de mortes e contaminações por covid-19. “O efeito dos juros mais altos na economia vai vir a partir do segundo semestre deste ano.”

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Preço do Petróleo cai 7% e derruba Bolsas **Impacto:** Neutro

Preço do petróleo cai 7% e derruba Bolsas

Resultado da commodity é o pior em seis meses e é causado por temores de piora da pandemia na Europa; Ibovespa recua 1,47%

O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores brasileira, fechou em queda de 1,47%, aos 114.835,43 pontos ontem após o preço do barril de petróleo cair 7% no exterior. O desempenho negativo da commodity puxou as ações da Petrobrás, que cederam em torno de 3%, e também os índices de Nova York. O dólar, que reagiu bem ao reajuste de 0,75 ponto percentual na Selic, também foi afetado e encerrou cotado a R\$

5,5695, em leve baixa de 0,30%.

No exterior, o petróleo WTI com vencimento para maio fechou em queda de 7,07%, pior resultado em seis meses, enquanto o Brent para mesmo mês cedeu 6,94%. O recuo nos preços tem a ver com as preocupações a respeito da pandemia de coronavírus, com o continente europeu voltando a registrar um aumento nos casos. Além disso, o fortalecimento do dólar lá fora também pesou.

Nesse cenário, em Nova York, Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq fecharam com quedas de 0,46%, 1,48% e 3,02%. A queda das ações das principais petroleiras colaborou para esse resultado. Já por aqui, os papéis ON e PN de Petrobrás tiveram recuos de 2,83% e 3,49% cada. Na semana, o Ibovespa avançou 0,59% e no mês, 4,36%, colocando as perdas do ano em 3,51%.

A piora no petróleo deixou em segundo plano o aumento de 0,75 ponto percentual na ta-

xa Selic, anunciado ontem pelo Banco Central para conter a alta da inflação. Com isso, a taxa agora passa a ser de 2,75% ao ano. Também saiu do foco a decisão do Federal Reserve (Fed, o BC americano), de manter entre 0% e 0,25% ao ano a taxa dos EUA.

“Era para ter sido um dia melhor hoje (ontem) na Bolsa, mas o petróleo não ajudou. O Fed deixou muito claro que os juros nos Estados Unidos ficarão onde estão até 2023. Mas ainda há pressão sobre os retornos dos títulos do Tesouro americano, preocupação do mercado com inflação, enquanto o Fed segue atento ao emprego, com dados semanais sobre pedidos de auxílio que ainda mostram fragilidade da situação do trabalho por lá”, diz Rodrigo Friedrich, da Renova Invest. **LUÍS EDUARDO LEAL, ALTAIR SILVA JÚNIOR E MAIARA SANTIAGO**

Lista de contatos poderá ser integrada ao Pix

Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

O Banco Central anunciou ontem a autorização para que as listas de contatos telefônicos possam ser integradas ao Pix – o sistema de pagamentos instantâneos da instituição. Com isso, os bancos poderão desenvolver ferramentas para integrar os aplicativos de transferências e pagamentos aos números de telefone armazenados nos celulares dos usuários.

Lançado em 16 de novembro de 2020, o Pix permite pagamentos e transferências 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano. As operações ocorrem em menos de dez segundos.

“A mudança visa a facilitar a

identificação de quem cadastrou seu número de celular como chave Pix, simplificando ainda mais a experiência do pagamento com a funcionalidade”, avaliou o Banco Central, em nota.

Outra novidade é permitir que os usuários solicitem mudanças nas informações das chaves já cadastradas no Pix, como nome completo, nome empresarial e título do estabelecimento – sem a necessidade de excluir a chave anterior e criar uma nova.

A autoridade monetária também estabeleceu em regulamento que os bancos ficam vedados de fixar limites para o número de transações no Pix, seja de envio ou de recebimento.

De acordo com o Banco Central, essa vedação é necessária para garantir a igualdade de condições competitivas entre os diferentes instrumentos de pagamento.

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 19/03/21 – Cidade/UF: DF

Título: André Brandão renuncia e governo indica executivo de consórcios à direção do BB Impacto: Neutro

B8 | Economia | SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Sancamento
Concessão pode dobrar
acesso a esgoto no
Estado do Rio. Pág. B11

Estatal. Brandão entrou em atrito com Bolsonaro depois de anunciar programa para o fechamento de 112 agências e desligamento de até 5 mil funcionários; para o seu lugar, Planalto escolheu o presidente da BB Administradora de Consórcios, Fausto de Andrade Ribeiro

André Brandão renuncia e governo indica executivo de consórcios à direção do BB

O Banco do Brasil comunicou ontem, após o fechamento do mercado, que o presidente da companhia, André Brandão, entregou o pedido de renúncia ao cargo, com efeitos a partir de 1º de abril. Brandão é o segundo presidente do BB a renunciar em menos de um ano. Seu antecessor, Rubem Novaes, também pediu demissão, alegando motivos pessoais.

A saída de Brandão da presidência do banco público já era esperada pelo mercado. Em janeiro deste ano, o executivo entrou em crise com o presidente Jair Bolsonaro, ao anunciar um plano de reestruturação que previa o fechamento de 112 agências da instituição, além de programas de desligamento, com expectativa de adesão de 5 mil funcionários. O ministro da Economia Paulo Guedes chegou a montar uma "operação para arestas" para convencer Bolsonaro a mantê-lo no cargo, mas a fúria do executivo continuou, o que fez Brandão colocar seu cargo a disposição no mês passado.

Para assumir o comando do banco estatal, o governo escolheu o presidente da BB Administradora de Consórcios, Fausto de Andrade Ribeiro. O executivo também vai preencher o lugar ocupado por Brandão no conselho de administração da instituição. De acordo com o Ministério da Economia, o nome será encaminhado para análise do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade do BB.

Ribeiro, 52 anos, é presidente da subsidiária do BB desde setembro de 2020. Antes de assumir o cargo, ele foi gerente exe-



Saída. André Brandão apresentou sua renúncia depois de saber que o presidente Bolsonaro havia definido sua demissão

● **'Parte da família'**
"Apesar de saber que sou um breve passageiro nesta bicentenária instituição, eu me senti parte da família, graças ao carinho de vocês."
André Brandão
EM MENSAGENS AOS FUNCIONÁRIOS

cutivo do banco por quase quatro anos, responsável pela área de canais de terceiros, como correspondentes bancários, banco postal, redes compartilhadas e Banco 24 horas. O executivo foi ainda gerente geral

da instituição financeira para Espanha e Marrocos, gerente executivo e responsável pela área de controle contábil do BB e gerente executivo do Banco Patagônia em Buenos Aires.

Formado em Administração pela Universidade Católica de Brasília e Direito pelo Centro Universitário de Brasília, Ribeiro tem especialização em economia pela The George Washington University e MBA em Finanças pelo Ibmec. Está no BB desde setembro de 2000.

Bastidores. André Brandão já havia sido comunicado da decisão do presidente Jair Bolsona-

ro sobre sua demissão. Ele renunciou para não ficar de "stand-by" esperando a formalização da sua saída.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou segurar Brandão por mais tempo no cargo e evitar o anúncio neste momento, para evitar a amplificação de ruídos no mercado financeiro após a demissão do presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco.

No governo, um dos nomes mais cotados para a presidência do BB em o do vice-presidente corporativo do BB, Mauro Ribeiro Neto, de 33 anos. Mas segundo o apurou o *Estadão/Broadcast*,

Guedes considerava Neto muito jovem para assumir o comando do banco público. O executivo, que é servidor público de carreira e já atuou na Secretaria de Coordenação e Governança de Estatais do extinto Ministério do Planejamento, permanecerá no cargo.

Já o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, patrocinava a candidatura de Eduardo Dacache para assumir o BB. Ele é presidente da Caixa Seguridade e, por isso, a sua indicação sofreu resistências dentro do BB, diante da rivalidade que existe entre os dois maiores bancos públicos do País.

Demissões. Além de Castello Branco, Bolsonaro já mandou demitir dois auxiliares de Guedes que bateram de frente com ele. No primeiro ano de mandato, o presidente decidiu demitir o então secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, porque considerou que a discussão sobre a criação de um imposto nos moldes da CPMF se tornou "pública demais". Embora tivesse apoio da equipe econômica, o assunto gerou polêmica e não agradou os seus apoiadores.

Bolsonaro também influenciou na mudança de comando de outro banco público ainda em 2019. Ele disse que o então presidente do BNDES, Joaquim Levy, estava com "a cabeça a prêmio" durante conversa com jornalistas. No dia seguinte, Levy pediu demissão do cargo.

Despedida. Na mensagem de despedida enviada aos funcionários do banco, na qual o *Estadão/Broadcast* teve acesso, Brandão menciona sua tentativa de modernizar o BB. No texto, ele diz ter procurado "desafiar vários paradigmas antigos", em discussões do conselho diretor. "Provoquei muitos a pensar diferente", disse o executivo.

"Apesar de saber que sou um breve passageiro nesta bicentenária instituição, eu me senti parte da família, graças ao carinho de vocês", disse Brandão aos funcionários. "Espero ter deixado algumas sementes de contribuição para ajudá-los no futuro." / ANNE WARTH, ADRIANA FERNANDES, ANDRÉ ÍTALO ROCHA, ALINE BRONZATI E IDIANA TOMAZELLI

Saída deve acentuar incertezas sobre gestão do BB

Embora já fosse esperada pelo mercado, a saída do atual presidente do Banco do Brasil, André Brandão, deve acentuar o clima de incertezas em torno da gestão da estatal. Para Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos, a renúncia representa uma sinalização nega-

tiva para o banco. "Ele chegou há pouco tempo, com o objetivo de enxugar e quando começou a fazer isso, acabou não conseguindo", afirma o analista. "A sinalização é negativa."

O risco de interferência vem penalizando as ações do Banco do Brasil – os papéis lideram as

perdas do setor no ano, com baixa de cerca de 20%. "A performance do Banco do Brasil já vinha pior em 2020 e se acentuou neste ano", afirma Esteter. Segundo o analista, o mercado vai prestar atenção não apenas no nome do substituto de Brandão como também nas primei-

ras indicações públicas. "O mercado vai ficar muito atento ao primeiro discurso", afirmou.

Diretor de renda variável da Eleven Financeira, Carlos Daltozo também afirma que a renúncia do executivo, depois de apenas seis meses no posto, põe a

instituição em um cenário de "total incerteza". Daltozo espera uma reação negativa do mercado às ações do BB.

"Qualquer empresa que faça um processo de transição e cinco meses depois muda novamente, ainda mais um empresa listada na Bolsa, vai sofrer con-

seqüências", afirma o analista.

O diretor da Eleven diz ainda que a renúncia de Brandão é "perfeitamente" compreensível, pois ocorre após um acúmulo de sinalizações negativas por parte de Bolsonaro, como a irrisação com o plano e até a troca de comando em outra estatal, a Petrobrás. "Vendo pouca possibilidade de ajustes às coisas, ele renuncia", diz. / A. I. A. B. e GABRIEL BALDOCCI

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Presidente da Caixa nega aversão a estatais aposta em IPOs **Impacto:** Neutro

Presidente da Caixa nega aversão a estatais e aposta em IPOs

Em função do impacto da pandemia, lucro do banco estatal registrou queda de 37,5% no ano passado em relação a 2019

André Ítalo Rocha
Aline Bronzatti

Como os pares privados, a Caixa Econômica Federal sofreu o impacto da pandemia em seus resultados de 2020. No caso do banco público, porém, o efeito aconteceu principalmente por conta da operação de pagamento do auxílio emergencial a 121,3 milhões de brasileiros e de ganhos menores com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Sem a prioridade na venda de produtos e serviços nas agências e a receita com o FGTS cortada para que não perdesse o monopólio do serviço, a instituição sofreu. O lucro líquido, de R\$ 13,17 bilhões em 2020, registrou queda de 37,5% em re-

lação a 2019.

Ainda que pese o pior momento da pandemia no Brasil, o banco vê boas perspectivas, já que o pagamento do auxílio emergencial deve ter menos influência no dia a dia da Caixa neste ano. Maior programa de distribuição de renda da história, o programa terá uma nova etapa, mais enxuta e que está prevista para começar apenas em abril. Todo o sistema, contudo, já está pronto e baseado no digital, por meio do aplicativo Caixa Tem.

Há ainda o plano das ofertas de ações, que contam com todo o empenho do presidente da Caixa, Pedro Guimarães. Próximo ao presidente Jair Bolsonaro, ele nega que o ambiente de investimentos tenha ficado mais adverso para as estatais após a interferência do governo em duas empresas públicas com capital aberto, a Petrobrás e o Banco do Brasil. Além de emplacar sua primeira listagem na Bolsa, de seu negócio de segu-

ros, o banco também quer vender papéis ordinários do banco Pan, o antigo e falado Panamericano – e as operações já estão engatilhadas.

“Não estamos vendo nenhum evento adverso para estatal. Muito pelo contrário: há interesse enorme (do mercado) em conhecer a Caixa Seguridade”, disse Guimarães, em coletiva de imprensa para comentar os resultados do banco em 2020.

Nas últimas semanas, contudo, as ações de Petrobrás e Banco do Brasil foram penalizadas por investidores, depois de Bolsonaro reagir com irritação a decisões das companhias. Na petroleira, demitiu o então presidente Roberto Castello Branco e pôs no lugar o general Joaquim Luna e Silva. No banco público, ameaçou duas vezes mandar embora o presidente do BB, André Brandão, que entregou sua carta de renúncia ontem.

Apesar de ter ficado em segundo plano na pandemia, a ges-



Meta, Gestão de Guimarães quer IPO de Caixa Seguridade

● Mercado
“Não estamos vendo evento adverso para estatal. Pelo contrário: há interesse enorme em conhecer a Caixa Seguridade”
Pedro Guimarães
PRESIDENTE DA CAIXA

tão atual da Caixa tem trabalhado, sob o comando de Guimarães, para abrir o capital da sua holding de seguros, a Caixa Seguridade. Depois de a operação ter sido engavetada em meio à turbulência gerada pela covid-

19 nos mercados, ganhou tração no início do mês com o pedido de registro da oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nesta semana, a holding de seguros já realizou rodadas de encontros com potenciais investidores, conforme antecipou ontem o *Estadão/Broadcast*. Confiante, o presidente da Caixa também reforçou a intenção de atrair investidores pessoas físicas para o IPO da Caixa Seguridade. “Será a maior oferta em termos percentuais e em volume que as pessoas (físicas) vão parti-

cipar”, afirmou. “Porcentual será grande, muito maior que os 10% normais porque a Caixa tem 100 milhões de clientes.”

O processo para abrir o banco digital, que nasceu durante a pandemia com o aplicativo criado para distribuir o auxílio emergencial, corre em ritmo mais lento, porque ainda depende de autorização do Banco Central (BC) para ser formalizado como uma instituição bancária. Contudo, a Caixa já conseguiu autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para constituí-lo.

Se conseguir avançar com os IPOs, a Caixa espera ter mais recursos para pagar instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD). Os recursos em IHCD foram aportados na instituição na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff para dar suporte à estratégia de concessão de crédito utilizada à época. Agora, no governo Bolsonaro, o banco está devolvendo esses empréstimos.

A Caixa pretende retomar os pagamentos do IHCD em 2021, após ter ficado sem fazê-lo em 2020, em razão da pandemia. Em 2019, foram pagos R\$ 11,5 bilhões.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Auxílio terá valor padrão de R\$ 250 e será pago em 4 parcelas **Impacto:** Neutro

Auxílio emergencial terá valor padrão de R\$ 250 e será pago em 4 parcelas

Bolsonaro assina medidas provisórias que definem regras e critérios para nova rodada do benefício



Escortado por seguranças, o presidente Jair Bolsonaro deixa o Palácio da Alvorada nesta quinta-feira (18) Ueslei Marcelino/Reuters

BRASÍLIA Pressionado por rejeição recorde devido à gestão na pandemia de Covid-19, o presidente Jair Bolsonaro assinou nesta quinta-feira (18) as três medidas provisórias que estabelecem os critérios e valores da nova rodada de auxílio emergencial.

Um dos textos traz todos os detalhes do novo programa. Outro libera o crédito orçamentário destinado a bancar a assistência. O terceiro libera verba para a operacionalização do programa. As medidas foram publicadas em edição extra do Diário Oficial da União.

O plano do Palácio do Planalto era que a edição das medidas fosse marcada por um ato no Congresso Nacional. Bolsonaro entregaria os textos pessoalmente à cúpula do Legislativo. Após o anúncio da morte cerebral do senador Major Olímpio (PSL-SP), porém, o ato foi cancelado.

De acordo com o governo, os valores pagos por beneficiário dependem da formação familiar. Cada parcela —serão quatro— terá valor padrão de R\$ 250. Para mulheres chefes de família, o valor será de R\$ 375 —50% mais alto do que o benefício básico.

Pessoas que vivem sozinhas receberão R\$ 150 por mês. O ministro Paulo Guedes (Eco-

nomia) chegou a dizer que esses beneficiários teriam direito a pagamentos de R\$ 175, valor que não se confirmou.

A expectativa do governo é que a nova rodada possa atender a um total de 45,6 milhões de famílias.

Na nova rodada, será permitido que apenas uma pessoa por família receba o benefício. Em 2020, o governo autorizou o pagamento para até duas pessoas por lar.

Embora o governo e a cúpula do Congresso tenham previsto o início dos pagamentos para março, as quatro parcelas devem ser repassadas em abril, maio, junho e julho.

Pelo texto da MP, o período de quatro meses do auxílio poderá ser prorrogado por ato do governo, sem necessidade de nova avaliação do Congresso. Para fazer isso, no entanto, o governo teria que encontrar margem no Orçamento.

No ano passado, não houve repasse menor para pessoas de baixa renda que vivem sozinhas. As parcelas iniciais foram de R\$ 600 e depois caíram para R\$ 300.

Para mulheres chefes de família, o valor dos repasses em 2020 foi o dobro do benefício padrão (R\$ 1.200 quando as parcelas em geral eram de R\$ 600).

Para a nova rodada do auxílio, o governo negociou com o Congresso a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para destravar a assistência e estabelecer medidas de ajuste fiscal para crises futuras.

A PEC, que foi promulgada pelo Congresso na segunda-feira (15), definiu um teto de R\$ 44 bilhões para o custeio do auxílio emergencial em 2021. No ano passado, o programa assistencial custou quase R\$ 300 bilhões.

O presidente estava sendo cobrado pela oposição pela demora em entregar as MPs. Desde a promulgação da PEC, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), vinham pedindo o envio da medida provisória.

“[A entrega em mãos da MP do auxílio] é um aceno necessário de instituir rapidamente o auxílio emergencial, a sociedade espera isso. Concluímos nossa parte, com a PEC Emergencial, o governo cumprirá agora a parte de instituir o auxílio”, havia afirmado Pacheco no dia anterior ao chegar ao Congresso.

O programa emergencial de 2020 foi encerrado em dezembro. Portanto, informais atingidos pela pandemia estão há aproximadamente três

meses sem receber o auxílio do governo em um momento de forte aceleração da pandemia e ampliação das medidas de restrição e isolamento social nas cidades.

A assinatura das MPs ocorreu após pesquisa Datafolha mostrar que 54% dos brasileiros veem a atuação de Bolsonaro no combate à pandemia e seus efeitos como ruim ou péssima. Na terça (16), o país alcançara 282.400 óbitos por Covid-19, sendo 2.798 mortes em apenas 24 horas.

O dado foi aferido na mesma semana em que foi apresentado o quarto ministro da Saúde de seu governo, o cardiologista Marcelo Queiroga. Na pesquisa passada do Datafolha, realizada em 20 e 21 de janeiro, 48% reprovavam o trabalho de Bolsonaro na pandemia.

Na rodada atual da pesquisa, o índice dos que acham sua gestão da crise ótima ou boa passou de 26% para 22%, enquanto quem a vê como regular foi de 25% para 24%.

No ano passado, foram pagas cinco parcelas de R\$ 600 e outras quatro de R\$ 300 de auxílio emergencial. O pagamento fez disparar a popularidade de Bolsonaro, que se refere ao benefício como “o maior programa social do mundo”.

A edição das medidas acon-

teceu também um dia depois de a União dos Policiais do Brasil sair às ruas em protesto contra o governo e contra a aprovação da PEC Emergencial. Os servidores se dizem traídos por Bolsonaro, que teria prometido apoio aos pedidos das categorias para serem poupados de congelamentos na PEC.

Segundo o Planalto, do total liberado, R\$ 23,4 bilhões serão destinados a 28,6 milhões de informais já inscritos nas plataformas da Caixa. Outros R\$ 12,7 bilhões ficarão com 10,7 milhões de beneficiários do Bolsa Família. Por fim, R\$ 6,5 bilhões serão pagos a 6,3 milhões de integrantes do cadastro único de programas sociais do governo.

O calendário de pagamentos seguirá o modelo de 2020, e os repasses serão feitos independentemente de requisição. Os participantes do Bolsa Família seguirão com pagamentos conforme o cronograma habitual do programa. Os demais beneficiários receberão na conta social digital da Caixa, com datas ainda não apresentadas.

Assim como no ano passado, o banco não poderá debitar valores do auxílio caso o beneficiário tenha saldo negativo em conta. **Bernardo Caram, Daniella Meggiolaro, Gustavo Uribe e Renato Machado**

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Governo refaz contas do seguro-desemprego e deve redirecionar verba para novo programa **Impacto:** Neutro

Governo refaz contas do seguro-desemprego e deve redirecionar verba para novo programa

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Ministério da Economia está recalculando a necessidade de recursos demandados para o pagamento do seguro-desemprego, após verificar que os dados foram superestimados no ano passado.

A revisão da metodologia tem como objetivo reduzir as chances de erros e liberar espaço orçamentário para outros programas.

A revisão nas contas deve ser intensificada por mudanças nas regras de pagamento do benefício, que estão em preparação e devem entrar em vigor via medida provisória.

As novas normas terão como objetivo cortar recursos reservados hoje ao trabalhador demitido e redirecioná-los ao novo programa de manutenção do emprego, medida anticrise a ser anunciado pelo governo.

Entre as mudanças no segu-

ro-desemprego, está previsto, por exemplo, o corte no valor concedido a quem for demitido, por meio de um escalonamento decrescente de 10% a cada parcela.

O novo programa, em elaboração devido ao avanço da Covid-19, permitirá corte de jornada e salário ou suspensão de contrato do trabalhador, que receberá como compensação um benefício emergencial dos cofres públicos (o BEm, como batizou o governo).

O modelo segue os moldes de medida similar lançada em 2020, que custou R\$ 33,5 bilhões e não precisou de compensações por ter sido criada quando as regras fiscais haviam sido suspensas.

Em 2021, sem um estado de calamidade em vigor, o programa deve demandar entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões. A medida deve durar quatro meses.

Quando lhe foi perguntado,

na terça (16), se as mudanças no seguro-desemprego vão compensar os custos do novo programa, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, respondeu:

“Estamos estudando, tudo isso depende de um crivo bastante apurado. Mas rapidamente teremos as respostas”.

Pelas estimativas do Ministério da Economia, entre 2,7 milhões e 3 milhões de trabalhadores serão incluídos no novo programa, ao sofrerem corte de salário ou suspensão de contrato. Cada trabalhador deve receber, em média, um total de R\$ 2.100.

Enquanto prepara as mudanças, o governo verificou que o seguro-desemprego tinha R\$ 45 bilhões para pagamentos em 2020 —mas que, no fim das contas, acabou demandando R\$ 5 bilhões a menos.

As contas foram feitas originalmente pela Secretaria Especial de Previdência e Tra-

balho do Ministério da Economia e começaram a ser alvo de análise pela Secretaria Especial de Fazenda.

Contribuiu para reforçar a necessidade de mudanças o fato de até mesmo na reta final do ano os dados terem continuado superestimados.

Até outubro, haviam sido executados R\$ 34,4 bilhões no seguro. Para a despesa total do ano chegar a R\$ 45 bilhões, seria necessária uma aceleração discrepante do ritmo observado até então.

Em 2020, o choque da pandemia provocou desligamento em massa, principalmente em março e abril. No entanto, as demissões se estabilizaram no segundo semestre.

Técnicos do Ministério da Economia também apontam nas discussões sobre a revisão na metodologia que o seguro-desemprego tem tido um movimento descolado dos ciclos econômicos.

A variação estaria sendo inversa à esperada, com mais pagamentos em momentos de crescimento da atividade.

A explicação estaria ligada à formalização do mercado de trabalho brasileiro, principalmente a partir dos anos 2000. De acordo com a análise, o aumento no emprego formal é o que naturalmente eleva o volume de demissões.

Em outros momentos, a probabilidade de demissão é vista pela pasta como relativamente constante.

Apesar de a pandemia ter adicionado incerteza para prever os números corretamente em 2020, o Ministério da Economia tem ressaltado internamente que melhorar as metodologias de cálculo é importante para amenizar o problema da escassez de recursos.

Enquanto subestimar recursos necessários coloca em risco a implementação de políticas públicas, superestimá-los reduz ainda mais o espaço para despesas discricionárias e gera dificuldade de até para créditos extraordinários (que ficam fora do teto, mas sujeitos à meta fiscal).

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Tipo como bolsonarista, presidente de subsidiária assumirá comando do BB **Impacto:** Neutro

Tido como bolsonarista, presidente de subsidiária assumirá comando do BB

Bolsonaro indica Fausto de Andrade Ribeiro, da BB Consórcios, para o lugar de André Ribeiro, que pediu demissão após fritura

Gustavo Uribe
e Julio Wiziack

BRASÍLIA Com o pedido de renúncia do executivo André Brandão, o presidente Jair Bolsonaro indicou para o comando do Banco do Brasil o administrador Fausto de Andrade Ribeiro, atual diretor-presidente da BB Consórcios, subsidiária da instituição financeira.

A informação foi antecipada nesta quinta (18) pela Folha. O administrador, que tem especialização em finanças internacionais e pós-graduação pela George Washington University, foi sugestão do presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

Até a semana passada, o nome favorito para o posto era o do diretor da Caixa Seguridade, João Eduardo Dacache, que tinha o apoio do ministro da Fazenda, Paulo Guedes. Nesta quinta, no entanto, Bolsonaro decidiu mudar o indicado.

Em reunião com Guimarães, no Planalto, o presidente disse, segundo assessores, que queria um nome que fosse mais afinado a ele. Ribeiro é considerado no Banco do Brasil um "bolsonarista" e, segundo funcionários da instituição, cobrou de sua equipe que trabalhasse de maneira presencial durante a pandemia.

O executivo, que será o terceiro presidente do BB em cerca de seis meses, está desde setembro à frente do BB Consórcios. Antes, ele foi diretor-geral da instituição financeira para Espanha e Marrocos e diretor-executivo do Banco Patagônia, em Buenos Aires. Ele é formado em administração e direito.

Brandão comunicou nesta quinta que renunciou ao cargo, com efeito a partir de 1º de abril, segundo informou o banco em comunicado ao mercado. O BB informou que Brandão entregou o pedido de renúncia a Bolsonaro, a Guedes e ao presidente do conselho de administração do banco, Hélio Lima Magalhães.

Antes da mudança, o nome de Dacache chegou a ser submetido à análise do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), que checa antecedentes dos indicados a postos no governo.

O bloco do centrão até tentou convencer Bolsonaro a indicar o secretário-executivo do ministério da Cidadania,



Fausto de Andrade Ribeiro, que assumirá o BB LinkedIn/Reprodução

Fausto de Andrade Ribeiro, 52

Funcionário de carreira no BB desde 1988, está desde setembro à frente do BB Consórcios. Antes, foi diretor-geral da instituição financeira para Espanha e Marrocos e diretor-executivo do Banco Patagônia, em Buenos Aires. Formado em administração e direito

Antônio Barreto, nome apoiado pelo grupo partidário.

Bolsonaro, no entanto, avisou que o posto é estratégico e que nomearia alguém com experiência no setor bancário. A avaliação é que a escolha de alguém do BB evita criar mais instabilidade no mercado financeiro após a interferência do presidente na Petrobras. Fausto Ribeiro é funcionário de carreira no BB desde 1988.

O novo presidente do BB assume o comando de um dos maiores bancos do país cinco meses após Brandão ter assumido o cargo depois de deixar o HSBC.

Brandão conquistou a antipatia de Bolsonaro em janeiro, depois de anunciar o fechamento de 112 agências do BB e um programa de desligamento de 5.000 funcionários.

Bolsonaro queria demitir-lo, mas adiou a decisão para não gerar mais desgaste após a intervenção na Petrobras.

Nesse período, Guedes tentou convencer o presidente a mantê-lo no posto, mas foi vencido. Diante da pressão, Brandão pôs o cargo à disposição.

Pesou para isso o modo como Bolsonaro tratou da troca no comando da Petrobras, fazendo críticas públicas ao presidente Roberto Castello Branco antes de anunciar a indicação do general da reserva Joaquim Silva e Luna para o cargo.

Até julho, Brandão era do HSBC. Ele foi escolhido pelo governo para presidir o BB no lugar de Rubem Novaes.

Quem já deixou a equipe de Paulo Guedes desde o início do governo

Rubem Novaes
presidente do Banco do Brasil

André Brandão
presidente do Banco do Brasil

Roberto Castello Branco
presidente da Petrobras

Joaquim Levy
presidente do BNDES

Marcos Cintra
secretário da Receita

Salim Mattar
secretário de Desestatização

Paulo Uebel
secretário de Desburocratização

Mansueto Almeida
secretário do Tesouro

Caio Megale
diretor de programas e assessor especial do Ministério da Economia

Marcos Troyjo
secretário de Comércio Exterior

Wagner Lenhart
secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Apagão logístico global paralisa montadoras **Impacto:** Neutro

Apagão logístico global paralisa montadoras

Falta de meios de transporte e alta de custo se somam à escassez de peças em setor dependente de importação e tecnologia

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Se os problemas com a alta de preços dos insumos e a falta de componentes fossem resolvidos por mágica, ainda assim a indústria automotiva brasileira teria sérios entraves para retomar a produção. O setor é altamente dependente da importação de peças e de tecnologia, atividade que está limitada pelo apagão logístico global.

Além da falta de modais, os custos do transporte internacional dispararam. Segundo o cálculo da Anfavea (associação das montadoras), houve um aumento médio de 105% no frete aéreo e de 339% no frete marítimo na comparação entre os meses de janeiro de 2020 e de 2021.

Diretor-executivo da DMS Logística, empresa especializada em transporte internacional, Fernando Arruda lembra que, embora a situação tenha se agravado agora, o problema começou no início de 2020, quando as atividades foram interrompidas na China. "Muitos fornecedores de matéria-prima e de manufaturados de primeira levaram um susto, e outros não conseguiram voltar com o mesmo tamanho, havia menos pessoas nas linhas de produção e de logística", diz Arruda.

Com o caos instalado nas rotas marítimas — não há sequer contêineres disponíveis —, o custo do quilo transportado por avião, que havia caído para US\$ 0,15 no período em que o mundo parou, saltou para até US\$ 30 em alguns trechos, diz Arruda. A elevação também está relacionada à falta de porões disponíveis em voos comerciais, que seguem reduzidos.

Aeronaves que levavam passageiros partem agora repletas de caixas, que vão acomodadas sobre as poltronas ou no lugar delas. A prioridade é carregar insumos e equipamentos relacionados à pande-

mia de Covid-19, mas não necessariamente vacinas.

"As vacinas estão de fato com prioridade, mas não ocupam toda a cadeia logística devido ao fato de poucas empresas terem o perfil necessário para transportar esse tipo de material. Existe um elevado número de pré-requisitos que envolvem cubagem específica e refrigeração ideal para que não ocorra a perda do produto", afirma Felipe Criniti, diretor-executivo da Box Delivery, empresa de tecnologia especializada em logística e entregas urbanas.

Caso utilizem a solução aérea para trazer componentes, as montadoras e outras empresas do ramo industrial brasileiro pagam caro e nem sempre conseguem peças suficientes para encher um voo, pois as entregas estão fracionadas. As filiais brasileiras não são prioritárias neste momento.

"Os problemas de logística que visualizamos em diversos mercados têm origem na China, um país que historicamente cuida primeiro de seu próprio mercado em períodos pós-crise como o que estamos vivendo agora. Desde março de 2020 já apontávamos a iminência de isso acontecer", afirma Milad Kalume, gerente de desenvolvimento de negócios da consultoria Jato Dynamics Brasil.

Outro ponto que tem prejudicado a indústria automotiva é a concorrência com outros setores. "Os semicondutores são usados em TVs e celulares, mercados que tradicionalmente pagam mais para equipamentos que a área automotiva. Se há uma oferta restrita, como hoje, o mercado dita para onde vai a produção de acordo com o faturamento", diz Kalume.

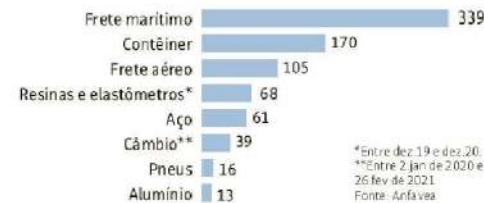
Arruda chegou a acreditar que o nó logístico se desfaria no fim de 2020, quando a movimentação nos portos começou a melhorar. Mas, como mostra reportagem do jornal



Material contra Covid-19 em parte de Airbus A340-300 que teve poltronas retiradas em voo do Brasil para a China; combate à pandemia é prioridade no transporte aéreo **Divulgação**

Alta de custos logísticos pressiona montadoras

Comparação entre jan.20 e jan.21, em %



The New York Times publicada no dia 11, a explosão do consumo via delivery nos EUA e o desembarque de materiais para o combate à pandemia em regiões de pouco fluxo marítimo — os contêineres vão, mas não voltam — continuam a pressionar o setor.

Empresa mais prejudicada pela falta de componentes e de meios de transporte internacional, a General Motors segue com linhas de produção paradas no Brasil. A unidade de Gravataí (RS), que fabrica o Chevrolet Onix, interrompeu as atividades neste mês e só deve voltar a operar em junho.

A consequência aparece nas vendas. O compacto da GM, que tem sido o carro mais

vendido do país nos últimos anos, foi ultrapassado pela Fiat Strada na primeira quinzena de março.

A crise faz as montadoras voltarem a falar na necessidade de uma retomada industrial. Na quarta (17), durante a abertura do Simea 2021 (Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva), Carlos Zarlenga, presidente da General Motors América do Sul, disse que são necessárias reformas que permitam que o país se transforme em um hub de exportação, o que abriria portas para novos investimentos externos e a possibilidade de acompanhar a onda de eletrificação dos automóveis.

Em visita a fábricas brasi-

os semicondutores.

"Compramos os suprimentos de forma antecipada para garantir entregas conforme os contratos assinados", diz Mathias Hofmann, diretor-geral da fábrica do BMW Group em Araquari.

Sobre a possibilidade de nacionalizar componentes, Hofmann diz que a empresa segue estudando oportunidades. O economista Felipe Gutterres, estudioso de infraestrutura em mercados emergentes, afirma que os fundamentos brasileiros estão frágeis. Há desvalorização do real, descontrolado da pandemia e aumento do endividamento, fatores que afastam os investimentos do Brasil e dificultam uma retomada da indústria.

Seja por problemas logísticos ou por falta de insumos, o problema atual do mercado guarda semelhanças com outra crise de abastecimento, diz o economista. "No governo PT, especialmente no segundo mandato do presidente Lula, o forte incentivo ao consumo gerou uma grande demanda, e a indústria precisou criar capacidade extra para atender o mercado interno", diz Gutterres.

Com a crise que se agravou a partir de 2014, a demanda interna despencou, e as fábricas passaram a operar com ociosidade superior a 50%.

"Agora, com o real tão desvalorizado, o Brasil poderia ser uma grande plataforma de exportação automobilística, mas os problemas na cadeia de suprimentos e as incertezas econômicas vêm levando a indústria a rever o seu posicionamento no Brasil", afirma.

"Fazer negócios no nosso país exige um nível de complexidade tão grande que, quando adicionados ingredientes de mais instabilidade política e econômica, as empresas globais preferem encerrar as operações por aqui e se concentrar em outras regiões."

leiras da Stellantis na semana passada, Carlos Tavares, presidente do grupo que reúne Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën, disse que a empresa poderia apoiar a criação de um polo para produção de semicondutores fora da Ásia. Contudo o executivo adverte que um movimento como esse envolve gastos elevados. "Se quiséssemos aumentar a segurança do fornecimento, teríamos uma dificuldade enorme, iria se traduzir em um custo expressivo."

Montadoras que dominam toda a cadeia produtiva têm sido menos afetadas. A Hyundai do Brasil segue com a produção regular em Piracicaba (SP), pois a matriz sul-coreana produz até aço e tem portos instalados junto às fábricas asiáticas para exportar insumos.

Em nota, a filial brasileira diz que "está ciente da falta de semicondutores". Com grande dependência de peças importadas para montar seus carros em Araquari (SC), a BMW ainda não teve problema de fornecimento, mas criou um grupo de trabalho para garantir a entrega de peças em condição mais crítica, como

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** SP

Título: Dólar abre em forte queda em reação ao Copom, mas se recupera e fecha a R\$ 5,57 **Impacto:** Neutro

Dólar abre em forte queda em reação ao Copom, mas se recupera e fecha a R\$ 5,57

SÃO PAULO A queda nos preços do petróleo e o cenário externo pesaram na Bolsa brasileira nesta quinta-feira (18), que encerrou o pregão em queda de 1,47%, aos 114.835 pontos. O volume financeiro da sessão somou R\$ 32,3 bilhões.

O petróleo Brent recuou 7,62%, para US\$ 62,82. Foi o quinto dia consecutivo de queda. No exterior, os índices americanos S&P 500, Dow Jones e Nasdaq encerraram a sessão com quedas de 1,48%, 0,46% e 3,02%, respectivamente.

As ações da Petrobras caíram 3,49% (preferenciais, sem direito a voto) e 2,83% (ordinárias, com direito a voto), contaminadas pelo forte declínio dos preços do petróleo.

O cenário externo ofuscou a repercussão positiva no mercado para a decisão do Banco



Se a gente isolar Brasil, a tendência é o real se valorizar. Mas as variáveis mais importantes para o câmbio aqui são a instabilidade da política fiscal e o movimento dos juros no mundo

Helena Veronese, economista-chefe na Azimut Brasil

Central, que elevou a Selic (taxa básica de juros) na véspera pela primeira vez em quase seis anos, para 2,75% ante 2%.

O juro para setembro de 2021 subiu de 3,675%, na véspera, para 4,015%. O juro para 2029, no entanto, recuou de 8,325% para 8,21%.

A curva longa de juros futuros também reagiu à alta da Selic pelo BC. Os juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

O dólar, por sua vez, caiu 0,34%, a R\$ 5,5670. No exterior, a moeda foi às máximas do dia com os rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro dos EUA, que no venci-

mento de dez anos superaram 1,75% e bateram máximas em 14 meses. Esse movimento aumentou a pressão sobre ativos de risco e acabou tirando fôlego do real, que vinha em alta mais acentuada com a repercussão ao Copom.

Na abertura, o dólar recuou 1,48%, para R\$ 5,5030.

“Se a gente isolar Brasil, a tendência é o real se valorizar”, disse Helena Veronese, economista-chefe na Azimut Brasil Wealth Management. “Mas as variáveis mais importantes para o câmbio aqui são a instabilidade da política fiscal e o movimento dos juros no mundo.”

De toda forma, o mercado reagiu bem à sinalização do Copom de uma posição mais dura em relação à inflação.

Com Reuters

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/2
Título: Após perdão de dívidas, igrejas miram reforma tributária **Impacto:** Neutro

Após perdão de dívidas, igrejas miram reforma tributária

Bancada evangélica quer incluir isenções em relatório da comissão mista. Líderes também querem indicar ministro do STF

BERNARDO MELLO bernardo.mello@infoglobo.com.br

Após a derrubada de um veto presidencial, com incentivo do próprio presidente Jair Bolsonaro, abrir caminho para o perdão bilionário de dívidas de igrejas, lideranças do meio religioso e parlamentares da bancada evangélica da Câmara atuam para ampliar a imunidade de entidades religiosas dentro da reforma tributária. Com horizonte



Reconhecimento. Parte da bancada evangélica da Câmara durante culto: aliados de Bolsonaro avaliam que ele precisa consolidar o apoio de sua principal base

limitado para o avanço da chamada “agenda de costumes” no Congresso, aliados de Bolsonaro no meio evangélico também pleiteiam participação no processo de escolha do próximo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Marco Aurélio Mello se aposenta em julho.

Aliados vêm alertando Bolsonaro sobre a importância de consolidar o apoio evangélico após o retorno do ex-presidente Lula ao cenário eleitoral. Para eles, apesar de haver afinidade com o presidente neste segmento — que forma sua principal base de apoio, segundo pesquisas —, o petista pode obter o que chamam de “voto de gratidão” na faixa mais pobre.

Embora afirmem que o governo federal não vem atuando em favor de flexibilizar a tributação das igrejas, os deputados evangélicos se articulam para

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Após perdão de dívidas, igrejas miram reforma tributária

garantir que orela torda reforma, Aguinaldo Ribeiro(PP- PB), agregue ao texto uma emenda que prevê isenções para atividades fora dos templos. A emenda foi levada a Ribeiro no ano passado por Silas Câmara(Republicanos-AM), que presidia a frente evangélica à época.

O texto apoiado pela bancada, hoje sob liderança de Cezinha de Madureira (PSD-SP), evitaria taxações nas remessas para o exterior e a cobrança de IPTU em quaisquer imóveis ligados a instituições religiosas — atualmente, apenas os templos ficam imunes. Cezinha, que é ligado ao principal ramo da Assembleia de Deus, vem declarando que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), comprometeram-se com a “pauta tributária das igrejas”.

—Consideramos esta pauta justa, e nada imoral. As conversas com o relator

(da reforma tributária) continuam. O governo não está pilotando isso como prioridade, até porque a reforma é muito ampla, mas também não se opôs — disse o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), integrante da bancada evangélica.

Relator na comissão mista da reforma tributária, Ribeiro vem trabalhando no texto junto à equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que já se manifestou contra a expansão das isenções de igrejas. Prevista na Constituição, a imunidade religiosa não alcança hoje os encargos trabalhistas, previdenciários e contribuições sociais, que são alvos da bancada evangélica na reforma.

ACENOS À BASE

O Ministério da Economia também se posicionou pelo veto ao perdão de dívidas de igrejas, que pode levar a per-

das de R\$ 1,4 bilhão pelo governo federal. A posição de Bolsonaro contrária à equipe econômica foi vista como um aceno a grupos religiosos em meio a dificuldades para emplacar uma agenda conservadora na Câmara. Das 35 prioridades enviadas pelo governo ao Congresso, só o projeto que visa a regulamentar o homeschooling (ensino em casa) atende a essa base.

Pautas como o Estatuto do Nascituro, que restringe hipóteses de aborto legal em caso de estupro, e o Escola Sem Partido, que procura regular conteúdos “político-ideológicos” em salas de aula, ficaram travadas na atual legislação. A bancada evangélica avalia que projetos nessa linha só têm chance de caminhar a partir do ano que vem.

Fora do Legislativo, o tema que mobiliza lideranças religiosas é a escolha do ministro do Supremo Tribunal Federal

para a cadeira de Marco Aurélio Mello, que se aposentará até julho. Embora diferentes representantes do meio evangélico tenham sugerido nomes do Judiciário, como o desembargador federal William Douglas ou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins, aliados de Bolsonaro afirmam que o presidente tende a indicar o ministro da Justiça, André Mendonça, tido como um nome de sua confiança. Bolsonaro vem dialogando com pastores das principais igrejas para anular eventuais resistências a Mendonça e convencê-las de que ele cumpre o perfil de “terrivelmente evangélico”, prometido pelo presidente.



Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** ½
Título: Alta de juros deve elevar mais a inadimplência **Impacto:** Neutro

Alta de juros deve elevar mais a inadimplência

Em janeiro, 61,7 milhões tinham dívidas em atraso, segundo a Serasa, primeira alta do indicador após 8 meses de queda. Selic maior, somada ao desemprego, à inflação e ao atraso do auxílio emergencial, vai pressionar orçamento das famílias

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br (Colaborou Bernardo Yoneshigue, estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira)

A elevação dos juros pelo Banco Central na quarta-feira, de 2% para 2,75% ao ano, vai comprimir ainda mais o orçamento das famílias, já afetado pelo desemprego elevado, a inflação crescente e adem orana retoma dado auxílio emergencial. A inadimplência, que voltou a subir em janeiro depois de meses de queda, deve aumentar, alertam especialistas.



Em atraso. O aposentado Antônio Carlos de Novaes acumulou contas: "Estou pagando o que eu consigo, fazendo das tripas coração"

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Alta de juros deve elevar mais a inadimplência

Neves, de 35 anos, recorreu a um empréstimo bancário em dezembro para conseguir pagar as contas do mês:

—Co moestá tudo muito caro, você acaba dando prioridade às coisas essenciais e, conformevai tendo a necessidade, pega dinheiro emprestado com banco, cartão de crédito, cheque especial, para tentar não deixar de pagar as contas.

Já Antônio Carlos de Novaes, de 61 anos, está há três meses sem pagar a conta do celular. Aposentado, ele complementava a renda trabalhando como porteiro de um barracão na Cidade do Samba, mas perdeu o emprego na pandemia:

— Estou pagando o que eu consigo, fazendo das tripas coração, tentando resolver. Deixei conta de telefone atrasar e agora estou tentando pagar, mas

está tudo muito difícil. Estou na expectativa de que melhore, mas, pelo andar da carruagem, está complicado.

Novaes evita recorrer ao crédito consignado porque, sem a renda complementar, o desconto no benefício, que é feito na fonte, vai fazer falta.

VENCIMENTO DE DÍVIDAS

Fábio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), lembra que o comprometimento da renda das famílias com dívidas atingiu 21,5% em dezembro, recorde da série histórica do BC, iniciada em 2005. Esse indicador, diz, deve subir mais neste semestre, tendo por efeitos o freio do consumo e o baixo crescimento econômico:

— O primeiro trimestre já é um mo-

tam especialistas.

rio, sou a supervisao ae Danielle Nogueira)

Em atraso. O aposentado Antônio Carlos de Novaes acumulou contas: "Estou pagando o que eu consigo, fazendo das tripas coração"

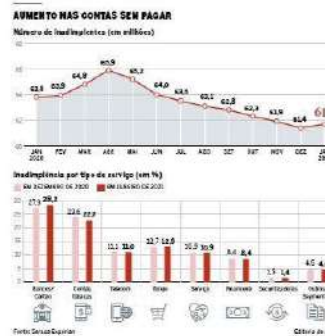
Pesquisa da Serasa mostra que 61,7 milhões de brasileiros tinham dívidas em atraso em janeiro, contra 61,4 milhões em dezembro. Foi a primeira alta após oito meses de queda.

Segundo dados do Banco Central, a inadimplência voltou a subir e atingiu 2,89% em janeiro, também depois de oito meses de queda. Entre abril e dezembro do ano passado, o indicador recuou de 4,07% para 2,85%.

CONTAS BÁSICAS E BANCOS

A Serasa aponta ainda que o atraso no pagamento de serviços básicos recuou de 23,6% em dezembro para 22,7% em janeiro, enquanto o endividamento com bancos passou de 27,3% para 28,2% no período.

O assistente administrativo Thyago



mento de pressão no orçamento das famílias pelo componente sazonal e, na ausência do auxílio, não descartaria que o comprometimento com dívidas atinja 30% da renda dos brasileiros. No segundo trimestre, vamos ter o benefício, mas com efeito menor e num ambiente de inflação alta e juros em nível mais elevado.

Isabela Tavares, economista da Tendências Consultoria, ressalta que a ele-

vação dos juros, somada ao agravamento da pandemia, dificulta a retomada do mercado de trabalho, e o resultado é o aumento dos calotes. A consultoria estima que a inadimplência da pessoa física chegará a 4,9% este ano, após encerrar 2020 em 4,2%.

— As dívidas renegociadas ao longo do ano passado foram jogadas para frente, e agora a proximidade dos prazos de pagamento com novas renegociações, não tão fáceis, começam a pressionar. A situação financeira fica mais delicada.

Modo répl...
Salvar
Mais

Gostei
Não gostei

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 19/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Huawei aposta em produtos e laboratórios para crescer no país **Impacto:** Neutro

Huawei aposta em produtos e laboratórios para crescer no país

Chinesa contrata Ivete Sangalo para sua 1ª campanha publicitária no Brasil

BRUNO ROSA bruno.rosa@oglobo.com.br

Após receber o aval do governo para fornecer infraestrutura para a rede 5G no Brasil, a chinesa Huawei quer recuperar o espaço perdido. A empresa acelerou o ritmo de lançamento de produtos, prepara sua estreia em computadores e vai construir 12 laboratórios de desenvolvimento de tecnologia 5G em diversas cidades brasileiras. Para ajudar nessa nova fase, a companhia escalou a cantora Ivete Sangalo



Com axé. Acantora Ivete Sangalo será a estrela da marca Huawei no país

para sua primeira campanha publicitária no país.

Os laboratórios vão desenvolver novas tecnologias para o uso da fibra óptica em parceria com faculdades e instituições de ensino. Semana passada, um

desses espaços foi inaugurado em Niterói. Depois virão cidades em Piauí, Ceará, Amazonas, Tocantins e Minas Gerais, entre outros estados. A fábrica da Huawei, que vai fornecer equipamentos para as redes, será ampliada, de olho no leilão de 5G, previsto para meados deste ano.

— Queremos acelerar a transformação digital no Brasil e fazer novas parcerias com as operadoras — disse Daniel Dias, gerente sênior de Desenvolvimento

Do Ecossistema da Huawei Brasil.

Ele conta ainda que a empresa vai acelerar os investimentos em novos produtos. Recentemente, a Huawei lançou seu smartwatch e estreou no segmento de balanças digitais inteligentes. Os planos ainda incluem tablets, computadores, monitores e notebooks.

A empresa, porém, ainda não vai reanunciar o lançamento de smartphones—último lançamento foi há quase um ano. Por causa das restrições impostas pelos EUA, a Huawei não pode usar o sistema operacional Android, do Google, em seus aparelhos. Ela busca, agora, desenvolver seu próprio sistema.

Segundo um analista do setor, essa estratégia é semelhante às de outras chinesas, como a Xiaomi, e das coreanas Samsung e LG.

Modo Répl... Salvar Mais

Gostei Não gostei

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
18/03/21	Marcos Dantas	Blog		RN	Presidente da Fecomércio lamenta "mudança completa de rumo" da governadora com relação ao novo decreto	Neutro	Nota		B			
18/03/21	Blog do Salatiel	Blog		RN	Fecomércio critica em nota Governo e Prefeitura de Natal e diz que empresários foram apenas comunicados das medidas	Neutro	Matéria		B			
18/03/21	Agora RN	Site	Natal	RN	Governo do Rio Grande do Norte descartou fechamento de atividades não essenciais, diz Fecomércio	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Blog Robson Pires	Blog		RN	Sentindo-se traís, Fecomércio-RN diz que "mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP"	Neutro	Matéria		B			
18/03/21	Grande Ponto	Site	Natal	RN	Fecomércio: Governo do RN descartou lockdown e	Neutro	Matéria		A			

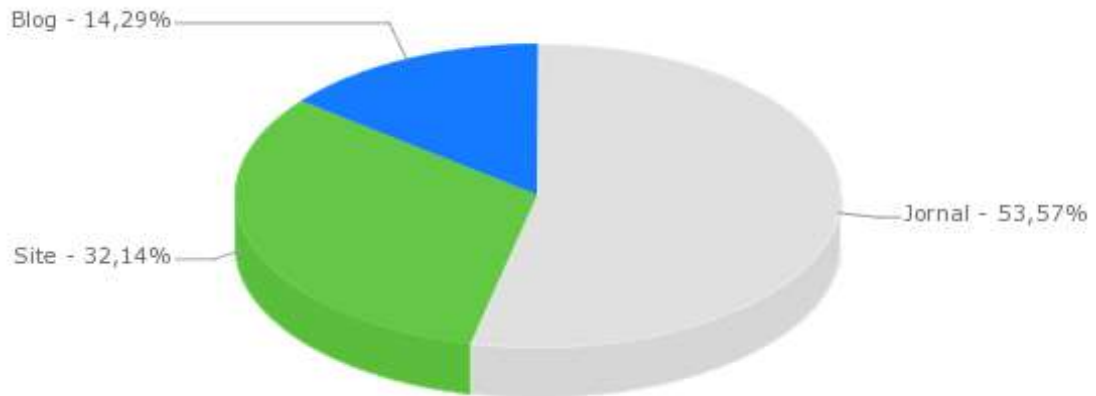
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					mudou rumo por MP							
18/03/21	Blog do FM	Blog		RN	Sentindo-se traída, Fecomércio-RN diz que "mudança do rumo do decreto teria sido fruto de acordo intermediado pelo MP"	Neutro	Matéria		B			
18/03/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	"Unidos pela Vacina" ganha adesão de entidades empresariais e já cadastrou 115 municípios do RN	Neutro	Matéria		B			
18/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Especialista em vendas online oferece live gratuita para empresários do RN	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Ezequiel sugere pacote fiscal e tributário em socorro ao setor produtivo e famílias de baixa renda	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Entidades criticam decreto e camelôs relatam apreensão	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Com pandemia, demanda de passageiros aéreos	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					recua 39,2% no RN, em fevereiro							
19/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Prefeito anuncia liberação do funcionamento de academias e templos religiosos em Natal	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Agora RN	Site	Natal	RN	Sistema Fecomércio abre inscrições para exposições na Galeria Sesc	Positivo	Matéria		A			
19/03/21	Estadão	Jornal		DF	Congresso articula mais um Refis e nova repartição com isenção de multa	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Estadão	Jornal		DF	Economia diz que não se opõe a projeto apoiado por Michelle	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Estadão	Jornal		DF	Ministro Roma diz que o valor do auxílio é o 'viável'	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Estadão	Jornal		DF	Alta da Selic deve pressionar dívida e PIB	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Estadão	Jornal		DF	Preço do Petróleo cai 7% e derruba Bolsas	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
19/03/21	Estadão	Jornal		DF	André Brandão renuncia e governo indica executivo de consórcios à direção do BB	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Estadão	Jornal		DF	Presidente da Caixa nega aversão a estatais aposta em IPOs	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Auxílio terá valor padrão de R\$ 250 e será pago em 4 parcelas	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo refaz contas do seguro-desemprego e deve redirecionar verga para novo programa	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Tipo como bolsonarista, presidente de subsidiária assumirá comando do BB	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Apagão logístico global paralisa montadoras	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Dólar abre em forte queda em reação ao Copom, mas se	Neutro	Matéria		A			

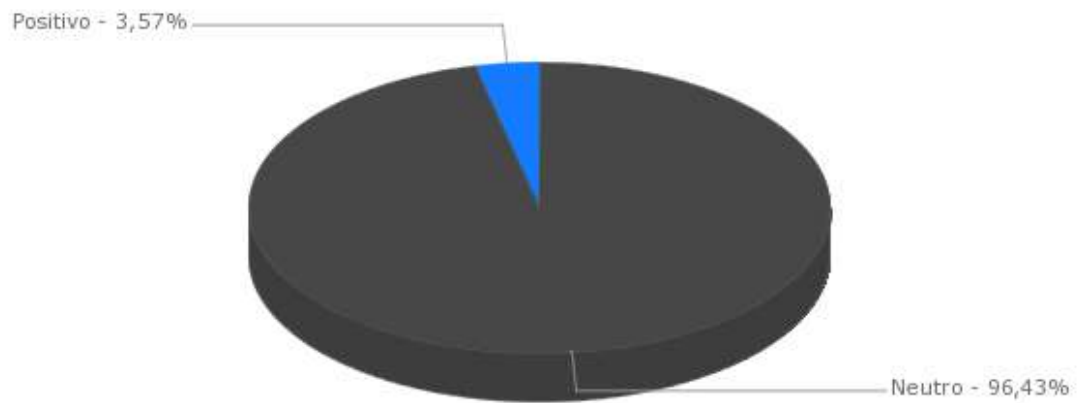
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
					recupera e fecha a R\$ 5,57							
19/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Após perdão de dívidas, igrejas miram reforma tributária	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Alta de juros deve elevar mais a inadimplência	Neutro	Matéria		A			
19/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Huawei aposta em produtos e laboratórios para crescer no país	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 28												

Clippings por Tipo de Mídia



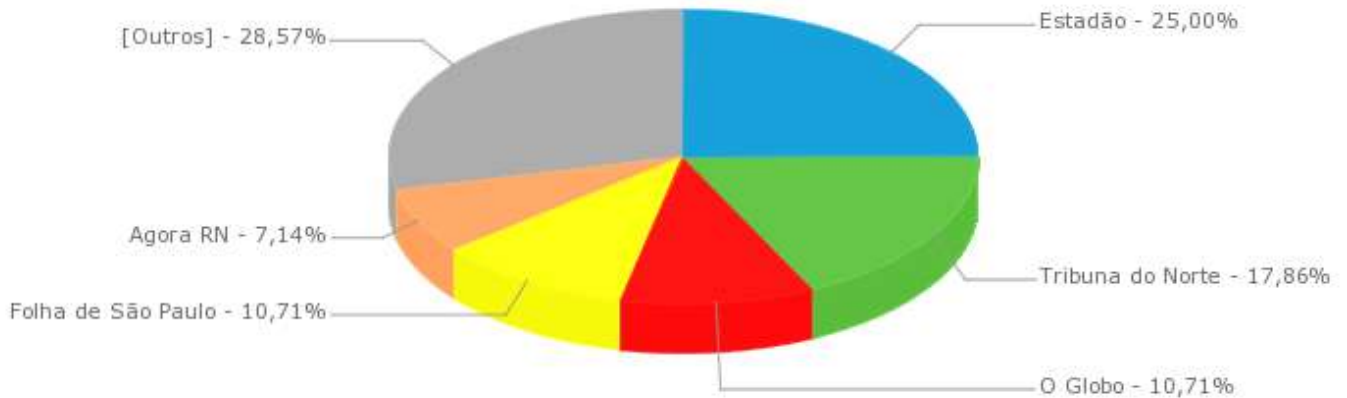
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	15	53,57 %
Site	9	32,14 %
Blog	4	14,29 %
		Total: 28

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	27	96,43 %
Positivo	1	3,57 %
		Total: 28

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	7	25,00 %
Tribuna do Norte	Site	5	17,86 %
O Globo	Jornal	3	10,71 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	10,71 %
Agora RN	Site	2	7,14 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	7,14 %
NoMinuto.com	Site	1	3,57 %
Grande Ponto	Site	1	3,57 %
Blog do FM	Blog	1	3,57 %
Marcos Dantas	Blog	1	3,57 %
Blog do Salatiel	Blog	1	3,57 %
Blog Robson Pires	Blog	1	3,57 %
Total:			28